

No aprisionamento pela cultura

Neste livrinho, os factos históricos são como as pérolas para quem se deu ao trabalho de as ensartar: tirei-os dos cronistas, dos historiadores, dos documentos publicados, dos eruditos; o próprio da minha obra é o fio de idéias que os seleccionou, que os ligou, que os ordenou num determinado sistema; em resumo: numa *interpretação* da história do nosso país. Antônio Sérgio, “Duas palavras de advertência”.¹

A negação heurística de Antônio Sérgio serve como indício do “fio de idéias” que orienta a produção da obra. Uma vez que o fim não está para a descoberta de novos fatos, e sim para as idéias ou as doutrinas aceitas, a escrita da história nos *Ensaio*s e demais textos dedica-se ao que foi experimentado e contado por cronistas, historiadores e eruditos. Acredita-se em algo cuja anterioridade fundamenta a argumentação historiográfica, pois, a unidade do processo analisado provém da “obra” que faz dos portugueses “um povo realmente histórico: os Descobrimientos”. O processo contém toda a obra dos Descobrimientos: das navegações à promessa não cumprida e, ainda, o prognóstico do que vem a ser a nação desde “o antigo pastor montanhês do noroeste da Ibéria”. Sendo assim, a discussão factual importa pouco, em parte, porque a luz do acontecimento não serve à reflexão da atualidade; por outra, porque a formação do português é enraizada no solo da promessa e não no fato

¹ *Obras Completas. Breve Interpretação da História de Portugal*, 10^a ed. Lisboa: Sá da Costa, 1981, p. 1. As “Duas palavras de advertência” foram acrescentadas à História de Portugal publicada na Espanha em 1929, junto com outras informações e o novo título. A *Breve Interpretação...* foi encontrada no espólio pessoal do autor sem data, por conseguinte, não nos é possível determinar quando ele escreveu tal advertência. Todavia, a partir da citação do movimento de 28 de maio de 1926 em Portugal, que encerra o livro, e da data da publicação espanhola, pode-se especular que o manuscrito pertence à década de 30. Além disso, na década seguinte, publica a *Introdução Geográfico-Sociológica da História de Portugal* (1941), com o título “História de Portugal. Tomo I – Introdução Geográfica”. Apud “Da presente edição” in *Breve Interpretação...*, p. IX e A. Campos Matos, “Bibliografia de Antônio Sérgio”, *Revista de História das Idéias* 5. *Antônio Sérgio*, coord. Fernando Catroga e Amadeu J. Carvalho Homem, II vol. Coimbra: Instituto de História e Teoria da Idéias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983, p. 1033.

Descobrimientos, nem no prognóstico firmado a partir da primeira época da História de Portugal.²

É interessante que se considere a materialidade histórica na qual a obra é projetada como síntese do maior problema da sociedade portuguesa, qual seja, o problema da cultura. A proclamação da República em Portugal nunca ganhara o peso de realização das aspirações nacionais, apesar de ser fruto tardio, visto que se amontoavam centros de republicanos em Lisboa, Porto e Coimbra, desde a década de 1870. Muitos acreditavam que o regime republicano brotaria do processo histórico de estiolamento da monarquia e outros tantos acusavam o regime monárquico de ser a grande causa do estiolamento da nação. Todos pensavam e agiam em busca das causas históricas da posição secundária ocupada por Portugal, na Europa. Exemplo disso é o *Manifesto e Programa* do Partido Republicano, escrito por Teófilo Braga duas décadas antes do movimento de 1910, e que apela para a ‘reorganização de Portugal’. Tal qual anunciado pelos intelectuais do vintismo e, antes deles, pelos “estrangeirados” setecentistas. Percebe-se, sobretudo, nos primeiros anos do século XX, que em meio a sucessivos governos republicanos, a greves e prisões políticas, às lutas pelo retorno da monarquia, acirram-se os anseios por mudanças.³

As propostas de reforma inspiravam-se na história nacional. Não por acaso a introdução do *Manifesto* de 1891 evoca as gerações de 1384, 1640, 1820 e 1834. Era necessário desvelar a essência do povo português para que as reformas espelhassem o caráter nacional tão almejado pelas agremiações políticas e intelectuais. Alexandre Herculano, em grande parte dando continuidade ao trabalho dos monges eruditos que tutelavam a

² Antônio Sérgio, “Duas palavras de advertência” in *Breve Interpretação...* Lisboa 1981, p. 1. Sobre a época dos pastores montanhese da ibéria, vide: “Despretensiosos informes sobre lusitanos e romanos destinados a um compêndio popular de História de Portugal” in *Obras Completas. Ensaio*, tomo VIII, Lisboa: Sá da Costa, 1974; e “Divagações conjecturais sobre o antigo pastor montanhês do noroeste da Ibéria”. Separata da *Revista de Guimarães*, vol. 68, 1958, apud A. Campos Matos, “Bibliografia de Antônio Sérgio”, *Revista de História ... Antônio Sérgio*, II vol. Coimbra 1983, p. 1034.

³ Sobre a consolidação do republicanismo, o fim do regime monárquico e a formação da República Portuguesa, foram consultados: Amadeu Carvalho Homem, “Jacobinos, liberais e democratas na edificação do Portugal contemporâneo” e Antônio H. de Oliveira Marques, “Da Monarquia para a República” in *História de Portugal*. org. José Tengarrinha, Bauru, São Paulo: EDUSC, UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001, respectivamente, pp. 348 e 365.

instrução pública e que ele ajudou a expulsar, desenvolve a pesquisa historiográfica e, simultaneamente, lhe atribui papel pedagógico. O que transforma a escrita da história, a partir da pesquisa documental e da narrativa dramática, em instrumento de orientação na reforma nacional. Consoante isso, a investigação da essência histórica do português antecede à moda reformista republicana, ansiosa pelo ressurgimento de Portugal no cenário das decisões mundiais. Afinal, com Herculano recolhido em Vale dos Lobos, Antero de Quental sintetizará “Nas causas da decadência...” o erro histórico que angustiava a nação: “a decadência dos povos da Península nos três últimos séculos é um dos fatos mais incontestáveis, mais evidentes da nossa história”. Uma vez focado o erro, o desvio ou o descaminho, o ressurgimento assemelha-se a um retorno aos trilhos da civilização segundo os serviços prestados pela história à atualidade. Daí Antônio Sérgio sentenciar que a reforma da mentalidade significa civilizar-se, e escrever: “a realização de uma [verdadeira] Cultura [...] nos leva à Idéia da Humanidade, ao mais alto senso da Civilização”.⁴

Nesses termos, os grupos de intelectuais reunidos em torno da Renascença Portuguesa e do Grupo da Biblioteca devotaram-se à “análise histórica”, a lhes distinguir tão somente o “fio de idéias” ou a *interpretação* dos acontecimentos. Enquanto o grupo chamado de saudosista acreditava no regresso de modelos gloriosos, os racionalistas desejavam pragmatizar as ações a partir do desvelamento dos “espectros” da história contada por certas tradições. Para esses últimos, tratava-se de ajuizar o ideal de revolução tendo por parâmetro as realizações e os fracassos dos criadores de cultura. Tal qual os saudosistas, não renegam os modelos. Os racionalistas visam a pesar a índole e as aspirações exaltadas pelos portugueses que construíram os fatos da história nacional, pois, avisa Antônio Sérgio, “um fato é sempre um conglomerado de idéias”, ou seja, invenções úteis à experiência na construção do “existir real”. O que

⁴ Sobre o papel da pesquisa histórica e da historiografia na obra de Alexandre Herculano, vide: José-Augusto França, “Herculano ou a consciência no exílio” in *O Romantismo em Portugal. Estudo de fatos socioculturais*, 3^a ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, principalmente, pp. 134-135.

Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Lisboa: Guimarães, 2001, p. 17.

Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal” in *Obras Completas. Ensaio*, tomo II, Lisboa: Sá da Costa, 1977, pp. 54 a 56.

nos lembra a sentença de Duarte Pacheco, aceita de bom grado pelo autor: a experiência é madre das coisas.⁵

A libertação da história dos “espectros” do passado fundamenta-se em dois pontos: o fato histórico Descobrimentos e a situação crítica na atualidade. O fato Descobrimentos prova a origem perfeita da nação na experiência da elite do quinhentismo, segundo a qual a vida dos intelectuais ditos “excepcionais” deve, continuamente, coroar-se na desobediência às autoridades e na denúncia das condições do ambiente. A princípio, a experiência dessa elite diz respeito, para Antônio Sérgio, a ver na “Natureza uma ‘Majestade’ imanente e autônoma”, sucessora da “Providência” e do “transcendente na função de ‘criar’ e ‘ordenar’ as coisas”, algo que, tal qual a História, contém o “*ser*” ou a ordem das coisas. A que se segue “um *dever-ser* ditado pelas afirmações intrínsecas, pelas normas internas do nosso ser consciente”, construído a partir das experiências.⁶ Por conseguinte, ainda conforme a experiência do quinhentismo, postula-se um método de adequação entre as idéias manifestadas em obras ao longo da história e a crise moral vivida pela nação.

Distinguem-se, assim, dois mundos (aqui considerados em termos exemplares): o mundo da ordem de todas as coisas e o mundo das normas internas da consciência. O mundo do ser das coisas contém a natureza física e os fatos históricos. A consciência, por sua vez, não se presta a desvelar qualquer segredo da ordem natural e histórica, cabe-lhe a abstração do mundo tanto quanto de si mesma. Sendo assim, Portugal, a ocidental praia da Europa, é o ponto de partida das navegações oceânicas que mapeiam o mundo (tudo acontece antes ou depois disso sem que seja, quer sua causa, quer seu efeito); e os intelectuais consubstancializam o ponto donde se abstrai o ideal criado na experiência do quinhentismo.

⁵ Olga Ferreira, “Antônio Sérgio e os integralistas”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, I vol. Coimbra 1983, p. 431.

Antônio Sérgio escreve: “a idéia é um instrumento da nossa experiência, qual é uma criação do existir real, operada pelo nosso espírito.” “Notas de Política. Sobre a aplicação política da idéia de igualdade” in *Obras Completas. Ensaio*, tomo III, 2^a ed. Lisboa: Sá da Costa, 1980, pp. 220 a 224.

⁶ Antônio Sérgio, *Breve Interpretação...* Lisboa 1981, p. 87; e *Obras Completas. Introdução Geográfico-sociológica à História de Portugal*, 4^a ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978, pp. 19 e 20.

Como não existe qualquer elemento transcendente ou uma totalidade orgânica dos mundos, ou seja, não se considera nada além da própria dualidade irreduzível, vive-se a incompatibilidade entre a nação (ambiente de criação) e intelectuais (os criadores de cultura).

A princípio, tal incompatibilidade tem por fim provocar a abertura para a diferença, porém, na medida em que os intelectuais procedem segundo o critério da adaptação ao ambiente, conforma-se o mesmo a partir do diferente. Cada obra, cuja autonomia e independência promove a integração ao mundo exterior, obriga-se à formalização da denúncia do ambiente e, por conta disso, transforma-se em alvo fácil de perseguição. Na diferença da obrigação formal, expõe-se o conteúdo de verdade que a todos identifica: “o naufrágio miserável dos homens notáveis”. Mas, se a experiência exemplar do quinhentismo torna-se o ideal de criação, ou ainda, o instrumento de apresentação de algum pensamento sobre algo vivido, “o risco do naufrágio é necessário à rota”. Por outras palavras, se a aventura do quinhentismo prova a incompatibilidade entre idéias e experiência, obras e ambiente, visto que a precisão dos cálculos náuticos produzidos por meio da experiência não se traduziram em progresso material e espiritual para o português, todo aquele que tomar para si o ideal do quinhentismo cumprirá a sina da queda, denúncia e incompreensão.⁷

Nesses termos, ainda que a contradição evidencie-se na obra dedicada a uma síntese da cultura, a situação crítica ou a decadência não leva à incompletude e fragmentalidade próprias ao rompimento com o antigo e à abertura do novo. Não dizemos que falta atualidade à problemática apresentada e, sim, que da contradição e do vazio imposto pelo

⁷ Sobre o naufrágio da nação e dos intelectuais, vide: Antônio Sérgio, “Oliveira Martins. Impressões sobre o significado político da sua obra.” in *Obras Completas. Ensaios*, tomo V, Lisboa: Sá da Costa, 1973, p. 71; e *Introdução ... à História de Portugal*, Lisboa 1978, p. 18.

Acrescente-se aí a explicação de Antônio Sérgio para a censura de Camões: “É que, para o poeta, há dois planos no mundo moral: o plano ou ordem das capacidades humanas de energia, de valor, de saber, de faculdades de realização, que permitem acometer as grandes empresas, como o descobrimento da Terra pelos Portugueses; e, acima desse plano, o dos mais altos fins da consciência (paz interior, bondade, [liberdade,] fraternidade perfeita), bens a cujo atingimento, sob um ponto de vista absoluto, aquelas mesmas capacidades se deviam aplicar” in *Breve Interpretação...* Lisboa 1981, p. 87.

desvelamento involuntário das ações nasceria a crítica, não fosse a exigência pedagógica ou moral. A cultura ou a mentalidade do português é estiolada menos pelo ideal do que pela pragmática, visto que, nas palavras do autor: “a origem do pensar não está fora dele, de que o seu ponto de partida já é pensar”.⁸ Doravante o ato intelectual vale somente na medida das realizações fracassadas, o que nem vem a ser o pior dos males, senão o sentido da criação. A reflexão sobre os fatos da História de Portugal e o português, destacadamente os “excepcionais”, faz exigências materiais extras para que, a partir disso, os leitores se identifiquem com a revolução adiada há quinhentos anos.

A história nacional oferece os dados para a realização da cultura ou da formação do português, daí a disciplina de denúncia confundir-se com a crítica, inadvertidamente, justo na tentativa de adaptação da obra ao ambiente (e vice-versa). A ausência de sentido, pois o que devia ser não é e o que é não nos orienta para qualquer direção, em vez de inteirar Antônio Sérgio da aventura como figuração da atividade criadora, o impele ao tributo das relíquias da queda: os lamentosos ‘aí de mim’ que naufrago como os demais, maldita nação que me falta como aos outros, glorioso passado que de tão efêmero nem me permite construir um sistema... Consoante isso, o português e a disciplina de denúncia consumam-se nos *Ensaio*s e na História de Portugal, onde o “ensaísmo” apresenta-se como a “revolucionária atmosfera” pela qual a ausência de sentido sucumbe diante das obrigações morais do intelectual ou a consciência construída na experiência histórica da longa decadência.⁹

⁸ Antônio Sérgio, *Introdução ... à História de Portugal*, Lisboa 1978, pp. 14-15

⁹ Antônio Sérgio, “Prefácio da 2ª edição” in *Obras Completas. Ensaio*s, tomo I, 3ª ed. Lisboa: Livraria: Sá da Costa, 1980, p. 45.

4.1

O português e a nação

Permita o leitor, como despedida, o dizer-lhe que me pareceu ser mais interessante um esquema da evolução da nossa estirpe e dos grandes problemas nacionais, como aqui tentei, que a enumeração de nomes de secundária importância e de muitos acontecimentos de menor valor.

Antônio Sérgio, *Breve interpretação da História de Portugal*, década de 1930.¹

A História de Portugal narrada por Antônio Sérgio diz-se interessada por “um esquema da evolução” da elite e “dos grandes problemas nacionais”. Tal esquema vai das lutas de Viriato contra a ocupação romana até a “revolta militar de 28 de maio de 1926”, sem imposição de começo e fim, mas tão somente de acontecimentos limitadores. Narram-se acontecimentos a fim de expor a ação dos homens no trato dos problemas que vão surgindo ao longo do processo de construção da nação, cujo enredo concatena hipóteses para explicar o estado de crise, “agora, no século XX”. Consoante os interesses do autor, divide-se a história nacional em três grandes épocas: a primeira, dos bandos de pastores, da ocupação romana e das Cruzadas; a segunda, das navegações, comércio e colonização; e a terceira, das tentativas de fazer ressurgir a nação. Como os acontecimentos estão ordenados no esquema, por relação ao fato Descobrimientos, cuja originalidade impossibilita ser causa ou efeito de qualquer seqüência de fatos, nenhuma das épocas provém ou dá origem a outra.²

Se todo fato vem a ser um coerente “conglomerado de idéias” e o historiador deve dedicar-se aos “problemas atuais”, a historiografia há de ser “instrumento para pensar as coisas” e para promover “idéias” que correspondam a uma “conveniente solução”. Ocorre que “o todo das idéias

¹ Lisboa 1981, p. 145. A datação condiz com as peculiaridades detalhadas, anteriormente, quanto à publicação da obra.

² Antônio Sérgio, *Breve interpretação...* Lisboa 1981, p. 145.

Tanto a organização das épocas da história, quanto o encerramento do estudo na atualidade, com graças à esperança de que novos acontecimentos hão de mudar o rumo da história nacional, assemelham-se à *História de Portugal* de Oliveira Martins (*Obras Completas de Oliveira Martins. História de Portugal*. 16^a ed. Lisboa: Guimarães, 1972.)

[...] preexiste a cada uma delas”; o todo de idéias concatenadas como “conveniente solução” preexiste aos instrumentos de pensar os problemas, isto é, a solução antecede o problema. Ora, determina-se que o “problema característico do Portugal moderno” é o “problema da mentalidade” que se estiolou, e que a solução está na “revolução cultural”. Por conseguinte, não encara a história nacional em termos de causas e efeitos do dito estiolamento, mas pela exigência de fazer ressurgir a “mentalidade dos povos cultos” na formação da elite intelectual.³

O estiolamento da cultura ou da mentalidade do português é a hipótese que motiva a análise, distingue e exemplifica, no campo das ações e dos acontecimentos, a queda e as tentativas de ressurgimento. Na medida em que a solução do problema do estiolamento encontra-se na implantação da disciplina de denúncia como crítica, preserva-se essa última como o critério de verdade, ainda que à revelia de qualquer procedimento heurístico. A história assim contada torna-se um protocolo de verdade menos por prova documental do que na lógica das hipóteses apresentadas em coerência com a solução do problema. Isso ocorre porque a crítica não constitui um momento propriamente historiográfico, porém moral, isto é: um meio de subordinação da ação de cada um à totalidade preexistente.⁴ Equalizam-se as ações do passado e do presente frente à esperança da revolução por vir. Se o campo de interesse do autor vem a ser o caos das aspirações e realizações individuais e se a crítica foi identificada como a disciplina dos portugueses “excepcionais”, então, em parte alguma da História de Portugal ou dos *Ensaio*s, a crítica persegue o conteúdo de verdade das obras no instante de estranhamento do leitor, nem mesmo determina-se a ciência dos acontecimentos. As obras projetadas para chamar a atenção da elite intelectual defendem a crítica em função da denúncia da decadência, como disciplina adequada à ação modelo dos criadores de cultura.

³ Antônio Sérgio, “Notas de Política. Sobre a aplicação política da idéia de igualdade” in *Ensaio*s, tomo III, Lisboa 1980, pp. 220 a 224; “Sobre o socialismo de Oliveira Martins (introdução à sua obra intitulada ‘Portugal e o socialismo’)” in *Ensaio*s, tomo VIII, Lisboa 1974, p. 225; “Os dois Anteros (o Luminoso e o Noturno)”, in *Obras Completas. Ensaio*s, tomo IV, 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1981, p. 147; e, “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, pp. 27-28.

⁴ Antônio Sérgio, “Os dois Anteros...”, in *Ensaio*s, tomo IV, Lisboa 1981, p. 150.

O leitor atento notará, com certa facilidade, a excelência de “O Reino Cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal”, exposição perfeita do sobredito método, em que o “todo de idéias” ou a “conveniente solução” preexiste à análise dos acontecimentos históricos. Isso procede, exclusivamente, do objeto: a hipótese do problema da cultura. Ainda que trate apenas das épocas dos Descobrimentos e das tentativas de ressurgimento, objetiva-se aí o método cujas principais características são: a ausência da concepção de desenvolvimento; o enredo contemplativo dos momentos de criação; a relação de dependência entre a criação e a consciência dos intelectuais, construída na experiência da decadência.

Em “Notas de Esclarecimento”, lê-se: “um método é um instrumento”, tal qual as hipóteses, ao passo que “um ideário é um produto”. O ideário da revolução cultural corresponde ao produto dos criadores de cultura, cuja última palavra foi acrescentada por Antero de Quental, com a declaração da falta de “idéias” em Portugal. Como “o espírito, sabe-se, não tira do nada aquilo que cria”, nenhum ideário cria-se do nada, antes pertence aos “ideais eternos”, aos “princípios universais”, enfim, às “manifestações da Unidade da consciência humana”. Se a consciência contém um saber só de experiências feitas, talvez se pudesse especular que os ideais respondem à realidade vivida e, por isso, desaparecem na evolução das épocas. Mas isso não procede, porque o método aplica-se à descoberta não do que é a História de Portugal – a decadência –, e sim das manifestações da consciência por experiência da crise. Aceita-se que a História existe como processo real e imanente, cujo sentido dá-se por razão intrínseca: o “*ser*, que a mesma História nos lembra”, sobre o qual se impõe um princípio de racionalidade ou a capacidade de abstrair própria à consciência. O que significa abstração tanto de si mesma, por “atitudes e juízos que a consciência atinge quando sobe até o plano do espiritual verdadeiro”, quanto da História, pelo ideal que jamais se traduz em realidade empírica.⁵

⁵ Antônio Sérgio, “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 194; “Apêndice. ‘A Língua Portuguesa’ por Jaime de Magalhães” in *Ensaio*s, tomo III, Lisboa 1980, p. 244; “Glosas sobre algumas pegadas na areia do tempo. Sobre o apostolado cívico de Luís de Verney” in *Obras Completas. Ensaio*s, tomo VII, Lisboa: Sá da Costa, 1974, p. 79; e, *Introdução... à História de Portugal*. Lisboa 1978, p. 19.

O método de descoberta do princípio de racionalidade imposto à História diz respeito à consciência como saber só de experiências feitas. O que comporta a coisa passada (evento ou fato), o relato do passado (crônica e narrativa do fato) e o conhecimento sobre os eventos passados (o saber especializado em fatos contados).⁶ Antônio Sérgio preocupa-se com o relato e o conhecimento do fato passado, mesmo porque, escreve: “fico sempre em dúvida de que haja fatos puros, qualquer dado absoluto, qualquer percepção sem idéias, – sem interpretação, sem ‘teoria’”. Mas também porque “cumprir ver nas ações de cada povo a participação que ele teve na história da Humanidade”. Importa a relação que se estabelece entre as ações e o ideário como produto que faz a síntese da história nacional frente aos anseios da Humanidade. Ocorre que, todavia, apenas uma vez tal participação foi de fato criadora: na época dos Descobrimentos. Em todas as demais não passou de adequação ao ritmo ditado pelas contingências estrangeiras, devidamente recolhidas nas propostas para que a civilização viesse ao menos visitar a nação.⁷

Sendo assim, a ausência da concepção de desenvolvimento impede qualquer evolução dos acontecimentos até o fato Descobrimentos. A História de Portugal, contada nos *Ensaio*s e demais obras, abre um campo de ações e idéias independentes entre si, no entanto coeso e ajustado ao ideário da revolução. Apesar de reconhecer que lhe cabe a interpretação de fatos retirados de cronistas e historiadores, narra os acontecimentos de modo bastante uniforme, para facilitar a valorização das ações. Mesmo os problemas levantados na conquista de Ceuta e no sebastianismo não perturbam a independência dos elementos com relação à revolução. A problematização não implica o exame de qualquer acontecimento isoladamente, mesmo porque o problema é ancorado na solução preexistente. Todos os acontecimentos foram sintetizados pela consciência

Antero de Quental, “Bom-senso e Bom-gosto” in *Prosas Escolhidas*, sel. e pref. de Fidelino de Figueiredo, Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942, p. 40.

⁶ Sobre a consolidação da história como *rex gestae*, relato de eventos e conhecimento histórico, vide: Reinhart Koselleck, “Le concept d’histoire” in *L’expérience de l’histoire*. Paris: Gallimard, s/d, p. 26.

⁷ Antônio Sérgio, *Introdução... à História de Portugal*, Lisboa 1978, p. 14; e, “Em torno da ‘História Trágico-marítima’ (informações para leitores nada eruditos, mas amadores das relações e visões globais dos acontecimentos) in *Ensaio*s, tomo VIII, Lisboa 1974, p. 80.

em alguma teoria ou idéia, por isso pertencem ao campo e têm a importância guardada quer na exaltação, quer na censura proferida. Daí se descobrir, em diferentes escritos e autores portugueses, as peculiaridades impostas à sociedade pelo “ambiente geográfico”. A ponto de se ler na *Introdução Geográfico-sociológica à História de Portugal*:

Desses ‘montes estéreis e pouco frutíferos’ [apud Frei Luís de Sousa em *História de S. Domingos*, século XVI], desses altos descobertos até os ossos, há demasiada percentagem no nosso país; e se quisermos acrescentar a tais feições a irregularíssima distribuição das nossas chuvas [...] teremos um quadro que domina a pleno, se não estamos em erro, os destinos históricos dos Portugueses, e que concorre para fazer entender a intensidade da sua ação marítima (navegação, pescarias, sal), a excepcionalíssima importância do seu labor no ultramar, a constante modéstia da sua situação na metrópole, a opulência aparente, a decadência longa.⁸

Apresenta-nos as regiões “naturais-sociais”, suas principais características físicas, populacionais e produtivas, por citações de obras escritas entre os séculos XVI e XX. O quadro das belezas e dos problemas é construído por meio de descrições de poetas, políticos, viajantes, historiadores, economistas e romancistas. Tudo com o fim de esclarecer a direta proporcionalidade entre esterilidade das terras e abundância dos mares, pois, “os povos navegam por necessidade econômica”, insatisfação do “estômago” ou da “ambição”.⁹ As idéias construídas segundo a experiência da esterilidade dão significado às ações, contudo, não evoluem para o fato das navegações, do comércio ultramarino e da colonização das terras d’além mar. A insatisfação das necessidades e das ambições humanas concentram o movimento sem explicá-lo. O que decorre da inaplicabilidade das propostas ou hipóteses construídas para descrever o ambiente, mostrar seus problemas e divulgar soluções. Cada uma das hipóteses manifesta o ideário da revolução ou da mudança, a aspiração de ver sanadas as necessidades, nunca o exemplo de um novo rumo para os acontecimentos.

⁸ Lisboa 1978, p. 60.

⁹ Antônio Sérgio, “Despretensiosos informes sobre lusitanos e romanos destinados a um compêncio popular de História de Portugal” in *Ensaio*, tomo VIII, Lisboa 1974, p. 10.

Consoante a constatação da disposição geográfica, física, econômica e populacional, as épocas mantêm-se distintas e autônomas (como mencionamos acima). As continuidades apontadas não configuram evolução ou desenvolvimento histórico porque servem à exposição da estrutura de decadência. Tal qual se pode notar na primeira época, em que se apresentam as tribos nômades, especialmente os pastores montanhese cuja principal personagem fora Viriato. Em seguida, a ocupação romana, a instauração da propriedade privada da terra e as conquistas árabes. E, finalmente, a conquista cristã-européia da qual se segue a estabilização do reino portugalense. A caracterização de Viriato como o “tipo social”, os princípios da propriedade privada romana, a enraização da fidalguia junto ao poder do rei e não na direção e proteção do grupo produtivo quando da estabilização do reino, permitem o prognóstico da decadência.

Inicialmente, por precaução, nos avisa que Alexandre Herculano nega a “existência de motivos sólidos para supor eficaz continuidade entre Lusitanos e Portugueses” e que, tal qual a Gália, a Ibéria era tão somente uma região geográfica. Afirma que deseja afastar as aspirações nacionalistas para prosseguir com a hipótese de ter em Viriato um “tipo social” cuja atitude de resistência ao domínio dos romanos finda por ser modelar. Isso procede porque considera que a mobilização das tribos de pastores montanhese faz da Península Ibérica um centro de resistência à República Romana, condição que se extingue somente no Império de Augusto. Nesses termos, assevera que as ações de Viriato e dos demais grupos, ainda que sob a ânsia do saque às populações agricultoras e sedentárias das planícies, merece narração pois a “veremos reaparecer na história ibérica”.¹⁰

Sobretudo importa, que, na figura dos nômades das montanhas ibéricas, pinta-se “a força, rapidez e destreza; como de pouco alimento e de pouco sono; como fácil suportador das condições mais ásperas, – da fome e da sede, do calor e do frio”. E mais, capaz da adaptação e aceitação do elemento estranho no seio do grupo, como no caso dos soldados romanos que aderem aos bandos e das sucessivas negociações que

¹⁰ Antônio Sérgio, *Breve Interpretação...* Lisboa 1981, pp. 7-8; e, “Despretensiosos informes... de História de Portugal” in *Ensaio*, tomo VIII, Lisboa 1974, pp. 37 a 44.

empreendem com os administradores romanos. Como também no desfecho da vida de Viriato: traído e assassinado pelos mensageiros que mandara à negociação com os romanos, isso depois dele mesmo ter traído, entregue e matado alguns membros do bando.¹¹

Se, por um lado, “Viriato foi aquilo que foi”, por outro, a ocupação romana fixa “os princípios básicos da estrutura-social que perdura ainda”. Segundo tal hipótese, a exploração da terra no noroeste da Península é descrita para provar a longa permanência da pobreza entre os trabalhadores rurais. Por vários escritos dedicados ao estado da sociedade portuguesa, apresenta-nos o *deficit* entre a produção de alimentos e o consumo, em parte decorrente do grande número de exploradores da produção agrícola. Consoante isso, a “penúria é a circunstância básica que não se deverá esquecer”, mesmo no que diz respeito às populações urbanas. Assim como o fisco romano impulsionava os donos da terra à máxima expropriação do trabalho dos homens livres e o uso de escravos, o nobre e o clero medieval foram sustentados pelos servos, enquanto o proprietário burguês afidalgado o será pelo rendeiro e o jornaleiro. Nas palavras do autor: “Passando da Igreja e do aristocrata para a posse do capitalista absentista [...] não veio a sofrer a propriedade rústica a revolução porque deveria ter passado”.¹²

Quer como livre ou escravo, servo ou jornaleiro, rendeiro ou pequeno proprietário, o trabalhador rural e, posteriormente, o urbano, não constituíram fonte de abundância e riqueza para a sociedade. E uma das “razões” dessa tão “antiga indigência” descobre-se na abstenção da elite em exercer uma direção social da produção e da exploração das riquezas na nação e fora dela. Mas também aí trata-se de uma revolução que não veio a acontecer e que findou por criar condições propícias às navegações marítimas. Antônio Sérgio assinala na época medieval, a partir do movimento das Cruzadas e a conquista da Península pelos cristãos (com destaque para “a conquista de Lisboa pelos cruzados (1147)”), o início da

¹¹ Antônio Sérgio, “Despretensiosos informes... de História de Portugal” in *Ensaio*, tomo VIII, Lisboa 1974, pp. 39 a 45.

¹² Antônio Sérgio, “Despretensiosos informes... de História de Portugal” in *Ensaio*, tomo VIII, Lisboa 1974, pp. 58 a 68; e, *Introdução... à História de Portugal*, Lisboa 1978, pp. 191 a 197.

expansão comercial europeia que estabelece na região “uma burguesia cosmopolita” de mercadores a que chama portugueses. A partir disso, enraíza a nação em duas atividades econômicas: a agricultura e o comércio; a que correspondem duas políticas de ocupação e exploração do ambiente: a de fixação e a de transporte. A primeira, que defende o investimento dos “lucros do comércio” nas “fainas agrícolas e industriais”; a segunda, a acreditar que os lucros do comércio devem permanecer no mesmo. Se, por um lado, os Descobrimentos “eram fatais” – e “falhariam a nação ao seu papel” caso “não descobrisse o Oriente” – por outro, o modo como os portugueses procederam a exploração do comércio atlântico não fez crescer a nação. Tornaram-se “meros agentes da Circulação, em prejuízo da Produção”, abandonaram-se todos à exploração sem fixação das riquezas.¹³

A narrativa da primeira época finda por contemplar os reis que, a partir do século XII, conquistaram e povoaram o extremo ocidente da península. Contam-se as aventuras políticas, guerreiras e intelectuais do português na fundação e expansão do povo histórico. Os reis são reverenciados ora por sua devoção à fidalguia, ora por ambição de poderes absolutos, ora devido às articulações com os poderes clericais centrados em Roma. Aliás, não por acaso, a abordagem da ocupação maometana da Península tem secundária importância frente à ocupação romana e a conquista dos cruzados, a ponto de se resumir a um único item – “Os Visigodos e a invasão maometana”. Ainda que mencione os vestígios dessa presença em “costumes, nos trajes, na língua, nas tradições, nos monumentos de Portugal”, importa-lhe que “a primeira dinastia portuguesa estende-se ao fim do século XIV e caracteriza-se pela conquista do território aos Sarracenos, pela colonização sistemática e pela organização administrativa”. E, sobretudo, deseja provar a grande falta da nação, qual seja, “a fidalguia se não enraizou nos seus campos, não exerceu um verdadeiro papel civilizador – um papel de direção e proteção dos seus

¹³ Antônio Sérgio, *Introdução... à História de Portugal*, Lisboa 1978, p. 193; *Breve Interpretação...* Lisboa 1981, p. 11; e, “As duas políticas nacionais” in *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1977, pp. 69 a 71.

povos – antes se fez parasita do povo e do poder Central”, cujos “maus efeitos [...] sentem-se ainda hoje no País”.¹⁴

Façamos breve pausa para pensar a ausência da concepção de desenvolvimento, porquanto a narrativa da história nacional enreda momentos de criação no ambiente de crise. Vale iniciarmos pela distinção entre “evolução” e “revolução” apresentada na “Nótula preambular à ‘Teoria do Socialismo’ de Oliveira Martins”. Aqui, evolução vem a ser o “conjunto das transformações gerais... no desenrolar da História”, “pelo concurso dos sucessos e dos instintos dos indivíduos”; ao passo que revolução, como “futura fase na evolução dos fatos”, corresponde à reforma de “toda a organização econômica em obediência aos anseios da consciência”. Na medida em que a sucessão dos fatos impõe-se a todos, a intervenção dos indivíduos não é alienável das condições materiais. Por conseguinte, a composição da crônica e da historiografia começa pelo reconhecimento do dito “conjunto das transformações gerais”, ou seja, pela clara exposição de um plano de acontecimentos sincrônicos e diacrônicos.¹⁵

Como “um acervo de hipóteses e de pontos de vista” subservientes à reflexão do estado atual de Portugal, a história assim escrita objetiva as “*idéias* que se relacionam com necessidades econômicas” lá “na origem das façanhas”. Entretanto, embora a investida instintiva dos indivíduos ou as façanhas se orientem pela necessidade econômica – o “conjunto das transformações” –, é a compreensão do historiador que organiza tais “*idéias*” de modo a satisfazer os “anseios da consciência”. A “futura fase” – a revolução – não provém das transformações gerais e, sim, dessa compreensão ou relação entre as idéias criadas. Isso porque os “anseios da consciência” formam-se por meio da experiência histórica, inicialmente, pelo reconhecimento do conjunto das transformações, mas também, pela forma construída para apresentar as idéias, ideários e doutrinas. Não se compreende o campo histórico pelo princípio de desenvolvimento porque cada fato, como conglomerado de idéias, forma-se por submissão aos

¹⁴ Antônio Sérgio, *Breve Interpretação...* Lisboa 1981, pp. 9 a 17.

¹⁵ Antônio Sérgio, “Nótula preambular à ‘Teoria do Socialismo’ de Oliveira Martins” in *Ensaio*, tomo VIII, Lisboa 1974, pp. 243-244.

“anseios da consciência” daquele que escreve a história da façanha realizada.¹⁶

Daí a narração dos sucessos anteriores ao século XV, principalmente à época denominada por “Revolução de 1383-85”, contemplar “uma série notável de monarcas”, porque neles descobrem-se os primeiros sinais da nação que “existe pela vontade enérgica dos grandes chefes, de um escol de direção, sem que tenha unidade de raça ou fronteiras naturais”. Denomina-se por revolução tais acontecimentos, porque os interesses de grupos distintos e a experiência de penúria animam “a idéia de que uma nova idade se começou”, uma “futura fase” que ainda não possui forma definida. Além disso, desvela-se um momento em que a elite guia a coletividade. Quando à “arraia-miúda”, “o povo” que nunca cria, “sempre cisterna, e nunca fonte; sempre adaptação, e nunca germe”, serve para a luta da “burguesia comercial-marítima [...] contra a hegemonia política dos aristocratas, que tinha por base a propriedade rústica e o direito senhorial da Idade Média”.¹⁷

Após a “Revolução de 1383-85”, que encerra a época de “Incorporação e organização da metrópole”, a narrativa das lutas travadas não diz mais respeito a ações de bandos orientados exclusivamente pela vontade do líder – tal qual na época de Viriato –, mas sim a concepções para o governo da nação. A divisão em grupos de interesses consolida-se em disputas por realização de políticas nacionais. Identificam-se, então, os primeiros partidos e as duas doutrinas políticas nacionais: o dos grandes comerciantes, que luta pelo crescimento da política de transporte e o direito romano, e o dos aristocratas, que defende a política de fixação e a ordem alicerçada na relação do senhor e seus fiéis servidores. Por conseguinte, a nação, sem fronteiras naturais e de origem mestiça só existe

¹⁶ Antônio Sérgio, “Prefácio da 1ª edição” e “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1977, respectivamente, pp. 19 e 209.

¹⁷ Em *Breve Interpretação...* Antônio Sérgio cita Oliveira Martins e A. Herculano para defender a hipótese de que “é Portugal uma nação mas não uma nacionalidade”, ou seja, produto da ação e dos anseios de alguns indivíduos ou da elite. Acredita, enfim, que o determinante na formação da nação não são os fatores geográficos, físicos e humanos, mas a vontade dos indivíduos. (Lisboa 1981, p. 15).

Demais citações: Antônio Sérgio, “Sobre a Revolução de 1383-85” in *Obras Completas. Ensaio*, tomo VI, 3ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1980, pp. 123 e 134; e, “Apêndice. ‘A Língua Portuguesa’ por Jaime de Magalhães” in *Ensaio*, tomo III, Lisboa 1980, p. 245.

nas propostas e nas políticas dos indivíduos que têm força material e intelectual para arrebanhar adeptos. Como nenhum dos partidos tem força para sufocar o seu contrário, a organização da nação dá-se em plena instabilidade. Logo, a época dos Descobrimentos acontece em meio a grande movimentação de interesses, aspirações ou “anseios da consciência”. Podem-se identificar as forças de agregação do estado nacional em operação: crescimento do funcionalismo, influência monetária dos grandes comerciantes junto ao rei, reunião de estudiosos na corte, arrendamentos da exploração comercial; mas a nação ainda não está consolidada em qualquer dos partidos, em qualquer das políticas, em qualquer das doutrinas.

Os Descobrimentos são obra da mais extensa experiência. A consciência, de tal modo formada, não conhecia força coerciva poderosa o bastante para lhe fazer regredir, por isso a “façanha” efetiva a idéia da conquista. Tanto que se lê, na *Breve Interpretação da História de Portugal*:

Os Descobrimentos do século XV foram uma façanha de gente metódica, dotada de clara inteligência política, de visão lúcida, muito precisa, dos escopos práticos a que tendia e do estudo minucioso dos meios adequados a tais escopos: em suma, um vasto plano de conjunto, capacidades raras de organização [...]¹⁸

A que se seguem os desastres do reinado de d. Duarte, a chegada do ouro e de escravos de África a arruinar a precária estabilidade social e o papel de passagem desempenhado pelas feitorias e pelos armazéns metropolitanos. Apesar disso, faz-se a colonização das ilhas do Atlântico pelo plantio e exploração da cana-de-açúcar. Ao que se soma a construção dos engenhos de extração e refino do açúcar, a cultura de trigo e de algodão e a criação de gado. Concomitante ao sucesso da exploração das ilhas e da costa africana, decai a produção agrícola na metrópole. Cresce o comércio, especificamente o transporte de produtos orientais, decresce a produção metropolitana de riquezas; enfim, a doutrina política do transporte toma a dianteira da de fixação.

¹⁸ Antônio Sérgio, *Breve Interpretação...* Lisboa 1981, p. 44.

Nas praças africanas ou feitorias, desenvolve-se a nova manobra para obtenção de lucros: a cobrança de tributos aos mouros, o saque e a pirataria. De luta em luta, de rapina em rapina, os comerciantes e os nobres enriquecem, enquanto “guerreiros dignos de maiores batalhas” se perdem; muitas lágrimas derramadas, poucas cristalizam lucros para a metrópole. As experiências de conquista do comércio na África e de colonização das ilhas, a que se soma a disputa ibérica aberta pela chegada de Colombo à América, fortalecem as antigas aspirações de alcançar o Oriente pelo oceano. Assim, Bartolomeu Dias ultrapassa o extremo sul do continente africano e Vasco da Gama alcança as Índias. Para Antônio Sérgio a viagem de Gama, cuja glória foi agourada no canto de Camões, encerra a época dos Descobrimentos. Doravante “já se não tratava de descobrir” mas comercializar. E “a festa da opulência ilusória” não deixava ver “um reverso horrível de calamidades” que abateria a nação.¹⁹

O que, afinal, se explica: uma vez consolidado o poder do rei e dos comerciantes pela política de transporte das riquezas orientais e ocidentais, “todos, em Portugal, procuravam viver do comércio”. As riquezas passam pela nação que, definitivamente, falta a seus trabalhadores, pois se gasta no estrangeiro em vez de financiar a indústria e a agricultura dos patrícios. Bem ao contrário dos anos de d. Henrique que “reúne em torno de si os estudos geográficos, comerciais, astronômicos”, como também homens com experiência de navegante. A partir de então, os portugueses espalham-se pelo oriente e, posteriormente, pelo ocidente, enquanto o reino esvazia e empobrece. A penúria da terra totaliza-se na sociedade. Muitos braços fortes são perdidos em lutas estéreis por conquista de subditos para o rei de Portugal, tributos e riquezas que não se convertem em benefício aos metropolitanos. E assim,

A alma da nação também naufragou, e andou separada desde então do seu ambiente natural, que é aquele espírito humanista – espírito revolucionário, de livre investigação e de livre crítica – a que levavam as Navegações.²⁰

¹⁹ Antônio Sérgio, *Breve Interpretação...* Lisboa 1981, pp. 52 a 62.

²⁰ Antônio Sérgio, *Breve Interpretação...* Lisboa 1981, pp. 41, 72 e 89.

O ambiente natural da nação que levou às navegações dos séculos XIV e XV está, sobretudo, no “espírito revolucionário”, ou seja, a “futura fase na evolução dos fatos”, algo por vir, imaginado, fantasiado, prometido, ansiado pela experiência histórica que dá forma à consciência nacional. A “alma da nação”, o cerne do “espírito revolucionário”, descobre-se na elite do quinhentismo ou o português, tal qual “tipo” ou modelo. Sua vida, todavia, não fora longa, começa na conquista de Ceuta e termina na expedição ao Marrocos de d. Sebastião. As épocas que se sucedem apenas imitam ou aspiram as realizações de tal modelo, criador de uma obra verdadeiramente histórica porque mobilizador de forças humanas que mudaram a ordem de todas as coisas.

Antônio Sérgio acredita no teor pedagógico do conhecimento da história nacional como inspiração de experiências capazes de construir a consciência de ser português. Não se pode, por isso, chamá-lo de pessimista ou descrente, trata-se de um patricio que aspira a imitar honestamente o português. Nesse seu projeto de vida, em consequência da consciência construída no estado ou na época da decadência, oscila seu ânimo entre a desesperança, a melancolia da ausência, e a fé, a ira contra os difamadores da promessa. Farta-se na inteligência para organizar o “conjunto das transformações” em fatos compreendidos segundo a experiência da falta. Daí a narrativa tranqüila e constante da época anterior à fundamentação da nação, cujo único nome citado com reverência é o de Viriato, em contraste com a da época dos Descobrimentos e a posterior, onde a censura, a admiração e o desprezo pelas ações da elite torna o ritmo frenético, quase esquizofrênico. Nomes são citados em alto e bom tom, para que ninguém se permita esquecer:

Lembremo-nos do modo como se criou a Pátria, se povoou o reino, se organizou a armada; lembremo-nos da tendência para a mestiçagem em todas as nossas colonizações; lembremo-nos das letras, das artes, dos descobrimentos de Portugal...²¹

Os detalhes descritivos afrouxam, os quadros são construídos para destacar as ações excepcionais, pois, de resto, só decadência. Em todas as

²¹ Antônio Sérgio, “Prefácio da 1ª edição” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, p. 78.

épocas os indivíduos agem, a diferença da época da promessa ou da decadência está no ambiente de ação, cuida-se de iluminar a conduta dos que agem conforme o português. A evolução da História mantém-se por necessidade, mas os “anseios da consciência” surgem fora de foco, refratários do ideal de revolução do passado. O “mal português” da incompreensão e perseguição da inteligência, reconhecido apenas entre os que denunciam as condições de cultura e fazem disso um ato de criação, impede o advento de outro momento de instabilidade.

A cultura autêntica vincula-se ao quinhentismo ou ao espírito revolucionário ou à época dos Descobrimentos. Isso significa, sobretudo, “a missão histórica da nacionalidade” nos tempos em que o ambiente formava-se em meio a lutas e conquistas que provinham da escassez de recursos e da ambição e interesses de um “escol de direção”.²² Os Descobrimentos enquadram tanto a escassez quanto a ambição na promessa de riquezas, e, apesar do aviso de Camões para a expansão da civilização cristã, nem riqueza nem civilização se realizam. Logo, a própria missão histórica corre o risco de perder o brilho. A história narrada nos termos da glória passada e expurgadora de espectros, cujo fim vem a ser instrumentalizar a libertação dos leitores, deve lembrar plenamente a missão histórica: as lutas entre aristocratas e comerciantes, assim como, os navegadores do século XV, que figuram, respectivamente, a problemática e os intelectuais da atualidade. Quer no passado, quer no presente, vive-se a escassez, luta-se pela realização das aspirações, porém em ambos, o fracasso na consolidação da missão corresponde à penúria característica do ambiente.

Nesses termos, a cultura jamais vem a ser favorecida pelo ambiente. O que fertiliza a formação do português é o ideal de revolução criado no passado. Por isso Antônio Sérgio vai à épica e a lírica de Luís de Camões, torna-o “el-rei” dos luso-descendentes, o “Português atual”, cuja grei se estende de Portugal a Timor na rota precisa das navegações.²³ Aí seleciona

²² Antônio Sérgio, “Prefácio da 1ª edição” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, p. 77.

²³ Antônio Sérgio, “Para a definição da aspiração comum dos povos luso-descendentes (a propósito de uma conferência de Gilberto Freyre)” in *Ensaio*, tomo VI, Lisboa 1980, p. 163; e, *Pela Grei. Revista para o ressurgimento nacional, pela formação e*

o princípio da experiência na construção da consciência e a disciplina da denúncia. Afinal, “O Reino Cadaveroso” prova o problema da cultura na época em que a nação naufraga, quando o “espírito português do quinhentismo” revela-se promessa não cumprida. Se toda experiência pertence à consciência na execução da disciplina de denúncia e se, para assim proceder, precisa da ausência ou da falta de condições, então nenhuma sistemática, nenhuma lei, nenhuma ordem se apresenta pela narrativa da história nacional. Torna-se essa mesma também experimento do ideário da revolução cultural ou da mentalidade.

Não existe qualquer dialética entre os diversos pares de elementos descritos ou descobertos nos *Ensaio*s e na História de Portugal porque todos se limitam a participar da apresentação da excelsa luminosidade do quinhentismo e das vagas oportunidades que o imitaram. A efemeridade e luminosidade do fato histórico Descobrimentos, tanto quanto as condições de luta e ambição, de atividade e aspiração, oferecem ao campo histórico a fragmentalidade e fragilidade necessárias à compreensão da história nacional como queda, decadência, ausência, promessa que nunca se cumpre. Não existem planos sobrepostos, níveis que se possam escalar até a mais perfeita imitação do exemplo. Caso houvesse, a história seria a narração do caminho entre o início e o fim da nação ou da elite intelectual. A única norma possível vem das idéias, do pensamento, da consciência que cria hipóteses para solução do problema descoberto, daí o convite que lança aos “jovens da elite [...] um tentame de organização: ao culto da lucidez, da ordem na mente, da coerência de idéias, do espírito prático, ao idealismo com senso do real e à forma simples sem ser vulgar”.²⁴

Não se encontra qualquer elemento de transcendência na história assim contada. O ideário da revolução, a decadência da nação, a denúncia da elite, tudo enfim, descobre-se no campo histórico. Apesar da excelência atribuída à história da humanidade, nunca se analisou nada além dos

intervenção de uma opinião pública consciente. n. 1, Tipografia do Anuário Comercial, 1918, p. 1.

Joel Serrão observa que, apesar dos estudos e viagens pelas antigas colônias, as hipóteses históricas pouco se importaram com o além-mar, toda sua atenção sempre esteve voltada para o crescimento da metrópole. In “Sérgio de Sousa, Antônio (1883-1969)”, *Dicionário de História de Portugal*, VI vol. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985.

²⁴ Antônio Sérgio, “Prefácio da 1ª edição” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, pp. 70-71.

acontecimentos com reflexo imediato na história nacional. A ira expressa no ritmo frenético que conta a época da decadência jamais lança mãos aos céus ou busca qualquer lei para explicar a situação histórica. O mesmo vale para a melancolia que atesta o naufrágio da elite a reboque da nação. Cumpre-se aqui, nas palavras de Fernando Pessoa, o “mal superior português” – o “provincianismo” –, que “consiste em pertencer a uma civilização sem tomar parte no desenvolvimento superior dela”.²⁵ Com isso, dizemos que a historiografia nacional, ainda que faça menção a acontecimentos da história da humanidade, estabelece como a força construtiva do campo de interesse tão somente elementos imanentes. Desde os romanos até a geração de 70, sem que os elementos sejam postos em ordem de desenvolvimento (começo, meio e fim), os acontecimentos pertencem ao plano recortado pela idéia de nação. A busca das origens históricas condiciona o recorte de sentido, a definir os elementos internos (integrantes e imanentes à idéia de nação) e os elementos externos (integrados e auxiliares à mesma). Na dinâmica de identificação das fronteiras do recorte e fortalecimento do plano finda por mobilizar linhas de continuidade que fazem menção aos elementos externos sem atrito. Entre a história nacional e a européia não existem forças de desintegração: Portugal reflete passivo os grandes acontecimentos da Europa mesmo ao se tratar do fato Descobrimientos.

Por exemplo, o estreitamento das relações entre a corte portuguesa em Lisboa e o papado em Roma, durante a contra-reforma, é anunciado muito antes, quando se apresenta a aproximação entre os bandos de montanhese e os romanos, em que esses últimos tomam tal rivalidade e resistência como arma para obter concessões junto ao imperador romano. Ou ainda, a esterilidade da terra em consequência da má exploração por parte dos trabalhadores, na maioria expropriados por senhores desleixados de seu papel de orientação da produção, reaparece muitos séculos depois quando a miséria metropolitana e o sonho das riquezas no mar leva os aristocratas para a esfera de influência do rei, pelo crescimento do funcionalismo na construção do estado nacional, e os

²⁵ *Páginas de doutrina estética*. 2^a ed. Lisboa: Editorial Inquérito, s/d, p. 137.

trabalhadores para as aventuras marítimas. Ou ainda, a conquista de Malaca repete a de Lisboa, “episódios, ambas elas, do movimento de expansão do comércio europeu”.²⁶ A narrativa de tais acontecimentos mantém, evidentemente, a singularidade cronológica de cada época. Contudo, em nenhuma delas, a influência dos elementos exteriores incitou a realização dos ideais ou aspirações dos grupos de indivíduos envolvidos.

Daí o estrangeiro ser muito importante para o português tornar-se ainda mais português. As tentativas de fazer ressurgir a nação caracterizam-se por pulsões no plano recortado da nação, por combinações mais ou menos favoráveis dos elementos internos – lembre-se que o aviso do Velho do Restelo é proferido do cais de partida da expedição de Vasco da Gama. Apesar de todos os “excepcionais” possuírem a característica de “estrangeirado”, nenhum deles dedica-se a algo outro senão à nação, seu ideário de revolução se objetiva no pátio de decisões e discussões nacionais. A nação província e o português provinciano existem porque quem pensa e faz a civilização não consegue ultrapassar as fronteiras construídas para limitar e dar sentido às criações de cultura em Portugal. O naufrágio ou a falta, a ausência ou a perseguição, o exílio ou a melancolia, a incompreensão ou a ira pertencem exclusivamente ao plano nacional, o estrangeiro só agrava o que aí se encontra, dir-se-á, em potência.

²⁶ Antônio Sérgio, “Notas de política. A formação de Portugal e a política” in *Ensaio*, tomo III, Lisboa 1980, p. 181.

4.2

Cultura e crítica

Entendo por cultura a civilização interior, e reservo a palavra ‘civilização’ para o conjunto dos processos do viver comum, – para os meios mecânicos da sociedade, digamo-lo assim, como as instituições, a legislação, a técnica, e os vários instrumentos do viver econômico.

Antônio Sérgio, “Considerações sobre o problema da cultura”, 1929.¹

Antônio Sérgio afirma, ao longo de sua obra, que almeja dar continuidade à tradição descoberta no quinhentismo e retomada pelo esforço de Luís de Verney, Alexandre Herculano e Antero de Quental – “portugueses excepcionais, que se cultivaram no estrangeiro, que não se entenderam com os seus patrícios, e que combateram sem resultado a mentalidade do seu país”. Integrado assim a “uma tradição cimeira”, como a classifica Joel Serrão, sempre devotada ao renascimento da nação no cenário mundial. Nota-se, sobretudo, que os “excepcionais” são intelectuais dedicados à denúncia do estado de decadência a partir da experiência histórica do quinhentismo. Para além disso, percebe-se que o criador da conduta de denúncia espelha o declínio do quinhentismo, tendo sido chamado por Oliveira Martins de criador do epitáfio do Portugal dos Descobrimentos, Luís Vaz de Camões. É possível definir que a narrativa da história nacional, nesses termos, não se rege pelo princípio de desenvolvimento ou progresso e, sim, pela irradiação do sentido gerado pelas características reconhecidas nos Descobrimentos: aventura, desobediência e adaptabilidade. Cabe especular de que maneira a tradição de denúncia, que o autor acredita ser a disciplina crítica criadora da cultura autêntica em Portugal, contribui na “civilização interior” do português.²

A cultura ou a formação do português como “civilização interior” corresponde à consciência construída por meio da experiência histórica do

¹ *Ensaíes*, tomo III, Lisboa 1980, p. 32.

² Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaíes*, tomo II, Lisboa 1977, p. 27; e, Joel Serrão, “O lugar da história no pensamento de Antônio Sérgio” in Vasco de Magalhães-Vilhena et al. *Homenagem a Antônio Sérgio*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa/Instituto de Altos Estudos/Oficinas Gráficas de Barbosa e Xavier, 1976, p. 48.

quincentismo e da decadência. Se não se reconhece o princípio de desenvolvimento na narrativa da história nacional, o campo histórico compreende a permanência do estado de penúria no ambiente e as investidas dos homens para reverter a situação, que resultam em façanhas, fainas, aventuras. A desobediência que aí se insere diz respeito tanto às necessidades, quanto às possibilidades de realização da nação. Ao considerar as condições naturais e históricas, que não dotaram de prodigiosas atribuições o ambiente, a criação de uma nação autônoma e independente torna-se algo impar, excepcional. A luta contra o estado de penúria e a busca da abastança e da riqueza movem o português em direção às aventuras ou façanhas que colorem a história nacional. Contudo, lembra-nos Antônio Sérgio, nem só de pão vive o homem. Os ideais de revolução e as aspirações por renovação da ordem social, política e econômica dão ritmo à conduta do “herói nacional”.

É muito importante termos claro que os indivíduos que refletem as condições gerais do mundo físico e humano, exatamente porque assim produzem obras, interessam a Antônio Sérgio. Interesse proporcional à aceitação da sentença histórica de Oliveira Martins: Portugal é uma nação que “existe pela vontade enérgica dos grandes chefes”. Não por acaso, o primeiro ensaio – “Da Natureza da Afecção” – é dedicado ao “problema do sentimento” frente à sensibilidade e ao entendimento “nos processos representativos”. Conserva-se a independência do “elemento sentimental”, apesar das influências sofridas pelos precedentes intelectuais que, por sua vez, ordenam as percepções em experiências. Tais precedentes não dizem respeito ao conhecimento de qualquer conteúdo específico, mas sim à própria capacidade do intelecto para relacionar; nas palavras do autor: “não é o ‘penso, logo existo’, do Descartes; mas sim um ‘penso, logo existe a *cogitatio*’”. Ou seja, a capacidade do indivíduo refletir sobre as relações impostas à multiplicidade de objetos apresentados desde a sensibilidade até os conceitos.³

³ Antônio Sérgio, *Breve Interpretação...* Lisboa 1981, p. 15; “Da Natureza da Afecção” *Revista Americana*, n. 9, ano IV, Rio de Janeiro, 1913, p. 155; e, “Explicação a um catedrático de direito sobre a doutrina ética dos meus ‘Ensaio’” in *Ensaio*, tomo VII, Lisboa 1974, p. 154.

Daí, no “Prefácio da 2ª edição” do tomo I dos *Ensaio*s, lermos a seguinte definição de obra clássica: “classicismo, aqui [...]: é ver que se o sentimento e a inspiração são os primeiros fatores de toda arte, somente a Razão lhe dá a estrutura”. A reforma da mentalidade ou a revolução cultural pertencem ao classicismo aqui exposto, se o racionalismo de método que se quer arraigar corresponde à “lei da coerência contra o cego instinto”. Lembre-se de que na “evolução dos acontecimentos” os homens intervêm por instinto, mas na “futura fase” da revolução agirão pelos “anseios da consciência”. A lei da coerência adequa a “forma de mentalidade com que se julga o passado” à experiência e o modo de proceder no presente. As hipóteses criadas para apresentar a história nacional partem da experiência, ou melhor, começam pela ordenação dos afetos e sensações próprios à vida do indivíduo quando pensa. Apesar de se referirem à realidade objetiva, nenhuma delas depende dessa mesma para vir a ser aceita e divulgada, mas, tão somente, da coerência que guardam em si mesmas. Isso porque, na qualidade de pedagogo parteiro de idéias, cultivava o “pensar correto” que lhe permitia trazer à luz, na mais pura identificação, a inteligência ou o pensamento da elite intelectual portuguesa.⁴

A “civilização interior” está para a coerência entre as idéias e a adaptação do pensamento à situação da nação. O “conjunto dos processos do viver comum” afetam a cultura sem a determinar, ou ainda, sem que ela derive desse conjunto. Daí se definir que a narrativa dos fatos “há-de ser sempre conjectural, obra portanto de imaginação criadora”, mas, quando o historiador alcança a “crítica”, tem de “proceder com lucidez de espírito, num tom científico de objetividade”. Lembre-se, no entanto, que a crítica, aqui, mesmo quando associada ao atributo de científico, é o parâmetro ético exemplificado nos “personagens modelos que estão no pensamento com idéia”. A maiêutica do “pensar correto” não se dedica ao nascimento de novas formas para a “mecânica da sociedade” – as instituições, a

⁴ Antônio Sérgio, “Prefácio da 2ª edição” e “Educação e filosofia (princípios de uma pedagogia qualitativa de ação social e racional)” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, respectivamente, pp. 71-72 e p. 135; “Prefácio da 2ª edição” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 05.

legislação, a economia – e sim à idéia comum que cultivará o português em cada leitor.⁵

O caso típico do português vem a ser o “excepcional”. Primeiro, porque o fato original da nação caracteriza-se pela abertura, o movimento, a ausência de quaisquer forças estabelecidas, a luta entre os interesses de elites que fogem da tarefa produtiva. Segundo, porque a nação se estabiliza pela disciplina dos que não são acolhidos amistosamente em seu seio – os portugueses “excepcionais” incompreendidos e perseguidos. Antônio Sérgio acredita que a passagem da evolução à revolução, do instinto à consciência, depende do efeito ético dos modelos. Logo, só neles é cultivado adequadamente o português. A fantasia e a imaginação que incidem sobre a multiplicidade dos objetos apresentados no pensamento, que não devem obediência a nenhuma capacidade intelectual, cairá na rede da imitação dos modelos. À semelhança do que acontece na infância, o crescimento espiritual do indivíduo acontece “por incorporações imitativas de capacidades, atitudes e métodos de agir de vários outros”. A imitação passa, doravante, a ser o instrumento de estabilização do “eu moral”, “coerente consigo mesmo”, “senhor de si”.⁶

Se a “lei moral não tem origem na sociedade empírica dos homens”, o complexo de hipóteses criado pelos modelos serve de parâmetro para a imitação e, assim, vão contribuindo para a “civilização interior” do indivíduo. Conforma-se a maioria de uns segundo o exemplo de outros. Por isso, no início do ensaio dedicado a Alexandre Herculano, lemos: “a vida moral é um processo psicológico a que as imagens de certos

⁵ Antônio Sérgio, “Oliveira Martins. Impressões sobre o significado político da sua obra” in *Ensaio*, tomo V, Lisboa 1973, p. 18; e, “Educação e filosofia ...” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, p. 159.

⁶ Antônio Sérgio, “Educação e filosofia ...” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, pp. 157-158.

I. Kant em “O que é Esclarecimento?” e Pierre J. Proudhon em “A propriedade é um roubo”, apresentam a mesma dinâmica de crescimento do cidadão à semelhança do crescimento infantil, pela interiorização da autoridade externa. Respectivamente: in *Textos Seletos*. Rio de Janeiro (Petrópolis): Vozes 1974, pp. 100 a 104; e, *A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas*, sel. e notas de Daniel Guérin, trad. de Suely Bastos, Rio Grande do Sul (Porto Alegre): L&PM, 1998, pp. 27 a 30.

indivíduos que se impõem ao nosso espírito, que veneramos e que imitamos, dão força impulsora e norteante”.⁷

A “vida moral” assemelha-se ao desenvolvimento infantil: a criança “cresce por imitação dos outros eus”. Inicialmente, estabelece-se uma corrente ininterrupta entre a “idéia do eu e a do outro”, que leva ao “hábito” e ao “crescimento”. Pelo primeiro se afirma a “idéia do eu”, e pelo segundo “a imitação” do outro que intervém continuamente no processo de formação. A partir do “hábito” e do “crescimento”, ou seja, por meio da afirmação de si e da imitação do outro, surge a “atitude de adaptação”, em que a “idéia do eu” projeta-se em “outro eu” cujas atitudes e modos de proceder encantam a todos. Na idade adulta, a imitação permanece como instrumento pelo qual se afina ou aprimora o indivíduo. Ocorre que, para tanto, os elementos de imitação não se encontram mais fora da consolidada “idéia do eu”, mas a constituem à semelhança do “conjunto dos processos do viver comum”, isto é, estão incorporados à mecânica de criação das idéias tal qual as instituições à mecânica da sociedade.⁸

Conforme tal esquema, a vida moral do português procede pela cisão entre a mecânica interior, a dita “civilização interna”, e a mecânica exterior. Torna-se estável a distinção entre o mundo social ou a nação, como ambiente de cultura, e o mundo da cultura ou a elite intelectual, como o modelo a ser imitado. Distinção que impede o atrito entre os pares, visto que ambos estão estabelecidos em suas atribuições mútuas e complementares. Se a imitação diz respeito à tradução interior de procedimentos descobertos nas “imagens vivas de uma pessoa”, que pouco importa tenha ou não sido realidade, nenhuma relação produz conflito suficiente para que se apresente qualquer novo ideal. De fato, o conflito fica restrito às idéias que cada indivíduo apresenta como solução para o estado de decadência. Isso significa que nenhum elemento externo penetra

⁷ Antônio Sérgio, “Educação e filosofia...” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, p. 145; e, “Notas de literatura portuguesa. Alexandre Herculano e o problema moral e social do Portugal moderno” in *Ensaio*, tomo III, Lisboa 1980, p. 118.

⁸ Antônio Sérgio, “Notas de literatura portuguesa. Alexandre Herculano ...” in *Ensaio*, tomo III, Lisboa 1980, p. 118.

no cerrado cerne da “civilização interior”, visto que o ambiente de cultura é cristalizado como estéril, penúrio, faltoso...⁹

Nos modelos, que “estão no pensamento como idéias”, o indivíduo se sente, simultaneamente, excluído e recolhido. O modo de proceder dos “excepcionais” trazem à luz a experiência de estranhamento e distância, mas também de acolhimento, afinal, cada “excepcional” fora indivíduo de vontade e consciência tal qual qualquer outro. A denúncia do ambiente que se identifica lá no criador da língua escrita faz de todo indivíduo potencialmente “excepcional”. Entretanto, a consequente incompreensão e perseguição seleciona os que jamais se renderam à busca de glória e fama entre os patrícios. Sim, muitos reclamaram das condições nacionais em algum momento de suas criações, quase todos desejaram outro estado de coisas, todos, enfim, denunciaram a decadência. Mas Verney, Herculano e Quental, para Antônio Sérgio, têm um “plano minucioso de reforma cultural”, a partir da consciência da promessa não cumprida. Os ataques e perseguições que sofreram só expõem o “nível de cultura” da elite nacional, esquecida do legado do quinhentismo.¹⁰

A noção de formação ou de cultura nos *Ensaio*s e na História de Portugal corresponde à harmonização interior dos elementos vindos da imitação dos heróis nacionais, mediante o “nível de cultura” cristalizado no ambiente de crise. Na nação formada a partir do quinhentismo, encontra-se a elite que cumpre a doutrina da decadência pois se abstém do papel de produtora. As obras da elite intelectual, em geral, contribuem para a formação dos indivíduos; no entanto, em grande parte, não se trata de qualquer exigência na elevação das ambições e interesses para além da saciedade das necessidades materiais. Os heróis são “*eus* ideais a cuja imagem e semelhança mais ou menos nos modelamos” para a realização de feitos que tragam algo novo à humanidade.¹¹ Assim sendo, como o fato Descobrimientos contém o passado e o futuro da nação, a elite dos “excepcionais” abreviam toda a formação do português. Isso não em

⁹ Antônio Sérgio, “Educação e filosofia ...” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, p. 159.

¹⁰ Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, pp. 45 e 53.

¹¹ Antônio Sérgio, “Notas de literatura portuguesa. Alexandre Herculano ...” in *Ensaio*s, tomo III, Lisboa 1980, p. 119.

termos abstratos, mas concretos; pois a luta dos que tomam a decadência por essência do português contra os que desejam expurgá-la acontece no pátio da nação.

É imprescindível pensar o modo pelo qual se constrói o plano minucioso de reforma da mentalidade. Inicialmente, deve-se notar que a percepção do estado crítico corresponde à intuição do ambiente de crise. Por outras palavras: a penúria natural e humana que se reconhece em cada canto da história nacional. Em seguida, o “excepcional” realiza o “humanismo moral” português, cuja expressão maior encontra-se em Camões. Tal humanismo possui dois níveis relativos de superação: o primeiro, da saciedade material, e o segundo, “dos altos fins da consciência”.¹² No entanto, se a saciedade material pode se multiplicar por diversos indivíduos que vão à procura de riquezas além da metrópole, a elevação ou superação que satisfaz os “anseios da consciência” só se torna possível entre aqueles que, de tanto pensar, tornaram-se a coisa pensada.

Evidencia-se, assim, que a nação, tanto quanto toda obra de cultura, não é construída pelo povo. Ainda que se empenhe em disseminar os princípios da democracia como “atitude moral” proliferada indiretamente pelos “costumes”. Escreve na “Explicação sobre os partidos aos partidários da ‘Reconquista’”:

Fundar a democracia é levar a substituir progressivamente a autoridade externa de certos homens (ou de um certo homem) sobre os outros pela autoridade interna em cada um de nós, i.e., pelo império do racional de cada alma cívica sobre os seus próprios interesses e paixões.¹³

Aos indivíduos incultos, ou seja, carentes da formação a partir da experiência histórica da decadência, até se permite o erro da obediência à “autoridade externa de certos homens”, mas não entre os membros da elite. Por isso se cuida de investigar a mentalidade do português, i.e., as doutrinas em geral aceitas pela elite e que mantêm a nação, desde o

¹² Antônio Sérgio, *Breve Interpretação...* Lisboa 1981, p. 87.

¹³ Antônio Sérgio, “Explicação sobre os partidos aos partidários da ‘Reconquista’” in *Textos políticos*. Lisboa: Alfa, 1990, pp. 62 a 64. Segundo consta no texto, ‘Reconquista’ é Órgão da Cruzada Nun’Álvares e das Ligas Operária e Acadêmica do Condestável, cujo diretor fora Martinho Nobre de Melo, publicada entre janeiro e maio de 1926.

quincentismo, em estado crítico. A obrigação da elite educar o povo é diretamente proporcional à capacidade da mesma para reconstruir a nação a partir da imitação dos heróis. Não lemos, nos vários textos, qualquer reverência à autoridade dos “excepcionais”, mas sim elogios à disciplina de denúncia e à exigência de reforma que apresentam. As atitudes de cada qual antes provam o quanto eles careceram de autoridade sobre a nação, pois os “excepcionais”, o português em uma palavra, não servem à elevação direta do povo, ainda incapaz de alcançar a mentalidade quincentista e, sim, para aqueles cuja formação começou no instante em que se tornaram leitores das hipóteses dedicadas a explicar o estado atual das coisas.¹⁴

A autoridade internalizada por meio da imitação dos heróis fortalece o estado crítico. Se toda intervenção intelectual é tardia, mas o ideal da revolução vem a ser a totalidade a que se devem vincular todas as idéias, o naufrágio da nação e do português bem poderia abrir um vazio incitador da criação de algo novo e indeterminável. Como, então, o estado crítico se fortalece ao longo de quinhentos anos? E se o estado crítico cessasse, de que modo se apresentaria o ideal da revolução com totalidade anterior às idéias? A desobediência como prática que realiza a autoridade internalizada pela imitação dos heróis implica rompimento ou conservação? Pense por um instante que não existe combate entre o português e a nação, pois essa mesma lhe falta e ambos naufragam. Antônio Sérgio, como herdeiro da tradição de denúncia, não rompe com isso. Daí a amargura e a mágoa que sente dos que o lêem a dormir. Os líteras sonâmbulos compõem o campo histórico tanto quanto os “excepcionais”, pois “o problema da cultura” em Portugal resume-se no par necessário o português e a nação.

¹⁴ Em “O clássico na educação e o problema do latim”, escreve: “Para [bem] manejarmos o português, o necessário e *suficiente* – é tratar com os Portugueses, e sobretudo com os autores castiços; depois, saber o assunto de que se quer falar; e dever enfim à natureza a generosidade de algum talento.” In *Ensaios*, tomo II, Lisboa 1977, p. 118.

Na execução dessa empreitada, além dos autores principais aqui citados, Antônio Sérgio escreve sobre obras de Hernâni Cidade, Teixeira Pascoais, Guerra Junqueiro, Fialho de Almeida, Silva Gaio, Raul Brandão, Antero de Figueiredo, Manuel Ribeiro, Castelo Branco Chaves, Ezequiel de Campos, Fidelino de Figueiredo, Jaime de Magalhães Lima, Nicolau Tolentino e Viana da Mota.

Note bem: nem na nação, nem no português encontra-se a totalidade teleológica das idéias, senão em ambos. Não se escreve para formar o português à revelia da nação, e sim para que essa mesma ressurgja em toda glória. Não por acaso o exílio torna-se tão importante para a cultura, nele confirma-se que, sem fronteiras ou raças, o português solitário reflete ainda melhor a nação. Na medida em que tal relação acontece no pensamento, no raciocínio, na inteligibilidade de todas as coisas, tudo leva a crer que estamos diante do processo cognitivo de abstração. Desde o início, a obra aborda a dinâmica do pensamento: as hipóteses têm por fonte de verdade a coerência das idéias relacionadas à totalidade menos no silogismo do que na adequação ao ideal da revolução cultural. Nas palavras do autor:

o único critério de objetividade do ‘fato’ se reduz a um critério de representação de *direito*, e que teremos de recorrer, ao cabo de contas, à coerência da *idéia* desse dito fato com um certo conjunto de várias outras *idéias* que se encontram relacionadas no nosso intelecto.¹⁵

A abstração efetivada pelo “nosso intelecto” pode fazer a relação das idéias de dois modos distintos: por generalização, meio pelo qual se extrai do particular características gerais que se consomem no tipo, e por redução, no particular se descobre o caráter da totalidade. O processo de abstração reconhecido por Antônio Sérgio não generaliza e sim reduz. O tipo português não foi separado segundo algumas características, mas sim descoberto no campo histórico em que se estabilizou a nação. A totalidade reguladora das idéias antecipa-se como o ideal de revolução, que, uma vez identificado na façanha do quinhentismo, aí se conta por feito ou acontecimento acabado. Essa dinâmica de abstração que “não é [pois] o abstrato, mas sim o concreto, o que por atos sucessivos vai criando o espírito”, torna-se possível, unicamente, porque se descobre na elite intelectual portuguesa o caráter do ideal de revolução.¹⁶

¹⁵ Antônio Sérgio, “Repercussões duma hipótese: Ceuta, as navegações e a gênese de Portugal.” in *Ensaio*, tomo IV, Lisboa 1981, p. 220.

¹⁶ Antônio Sérgio, “Notas de Política. Sobre a aplicação política da idéia de igualdade” in *Ensaio*, tomo III, Lisboa 1980, p. 224.

O concreto alçado pela abstração não é a realidade sensível, ainda que o experimentalismo crie em nós tal ilusão, mas sim o conceito de cultura em Portugal. Apesar de toda desenvoltura política do autor, da dedicação à causa da liberdade e da igualdade social e da luta contra o autoritarismo, como se marca lá no início da tese, pouco se lê sobre a materialidade histórica em que ele vivia. Poder-se-ia dizer que isso está ligado ao excessivo zelo pela nação portuguesa, mas mesmo aí se cuida tanto mais de provar a noção de perseguição e incompreensão do que apreender e inventar na experiência contingente. Mesmo a composição dos pares: trevas e luz, ignorância e inteligência, nação e português, não provém por generalização de particularidades vindas da realidade, muito ao contrário, são descobertos pelo conceito nas doutrinas em geral aceitas.

Por conseguinte, o abstrato corresponde à realidade sensível, das quais só temos “consciência quando já organizadas pelas idéias – nisso a que chamamos o objeto real”.¹⁷ Nada de incomum ou aberrante visto que a cisão entre sujeito e mundo vem a ser o fundamento primeiro do conhecimento moderno. Interessante, entretanto, que, no caso dos *Ensaios* e da História de Portugal, o “objeto real” abstraído da sensação, na medida em que participa do “problema do sentimento”, submete-se à consciência da experiência histórica da decadência. Note bem, para usar uma expressão cara a Antônio Sérgio, o problema do abstrato de modo algum encontra-se na cisão inerente ao processo de abstração, senão no preenchimento do instante vazio entre o diverso da multiplicidade e sua síntese na intuição. Isso porque

O fato sensível, desde o princípio, é uma espécie de entroncamento de relações atuantes, *que o pensar determina cada vez mais, ligando ao conjunto cada vez mais ideais. Não é o abstrato, mas sim o concreto, o que a mente fabrica por operações sucessivas.*¹⁸

¹⁷ Antônio Sérgio, “Notas de Política. Sobre a aplicação política da idéia de igualdade” in *Ensaios*, tomo III, Lisboa 1980, p. 226.

¹⁸ Antônio Sérgio, “Migalhas de filosofia. Em palestra amena com artistas comuns, com bergsonistas e com empiristas lógicos” in *Ensaios*, tomo VII, Lisboa 1974, p. 206. Essa citação vem a ser uma variação daquela retirada das “Notas de Política. Sobre a aplicação política da idéia de igualdade” (in *Ensaios*, tomo III, Lisboa 1980, p. 224). Entre ambas correm cerca de sete anos, nos quais estão contidos os exílios em Paris e Madrid, as aulas em Compostela e alguns meses de prisão em Portugal.

O par nação e português não se desenvolve de um estado pior para outro melhor, porquanto se compreenda o campo histórico como um plano onde os fatos são descobertos por maior ou menor proximidade do conceito de cultura. Na medida em que cultivar o ambiente significa formar o português segundo a essência histórica, devem-se criar obras em conformidade com o caráter concreto descoberto. Se concreto, tal caráter só se define na “disciplina” de pensamento que repete ou imita a denúncia do estado crítico ou de crise, pois “sermos cultos, em resumo, é sermos capazes de encontrar o bem na pura espiritualidade do ser pensante”.¹⁹ Nesses termos, os interesses, as volições, as paixões dos vários indivíduos que venham a ser revelados no campo da história nacional antes servem de prova à efetivação ou realização do ideal de revolução. Daí os instintos serem expressões preliminares da “futura fase” de exercício dos “anseios da consciência”, que se efetiva ou não na criação individual.

O ideal de revolução uma vez associado, necessariamente, à promessa não cumprida, torna “toda obra que se publica [...] um fator de orientação social”. A mobilidade das obras criadas limita-se à extensão do campo histórico, visto que, embora sejam infinitas as possibilidades e os recursos, o ideal ou a promessa não provêm da soma das idéias criadas ao longo da história, em vez disso atribuem valor às relações expostas nas hipóteses. Por exemplo, o empenho pela “cultura crítica” está relacionado ao estiolamento do “espírito moderno do quinhentismo” nos dias de Camões e ao “facho reformador que três gigantes brandiram já: Verney, Herculano, Antero de Quental”. Ou ainda, a história de Portugal, contada por Oliveira Martins, possui ainda mais valor por ocasião de “algumas idéias fundamentais, que andavam perdidas e ignoradas nos *Opúsculos* de Herculano”.²⁰

À semelhança de Camões, que, nas palavras de Fernando Pessoa, “em certo modo viveu o que cantou”, o intelectual devotado à revolução

¹⁹ Antônio Sérgio, “Considerações sobre o problema da cultura” in *Ensaio*s, tomo III, Lisboa 1980, p. 33.

²⁰ Antônio Sérgio, “Prefácio da 2ª edição” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, p.18; “Camões panfletário (Camões e d. Sebastião)” in *Ensaio*s, tomo IV, Lisboa 1981, p. 119; e, “Oliveira Martins. Impressões sobre o significado político da sua obra.” in *Ensaio*s, tomo V, Lisboa 1973, p. 19.

cultural há de viver o que pensa.²¹ Na medida em que a denúncia das condições de cultura, ou seja, das condições de formação da elite intelectual, enraízam a conduta e a obra no ambiente, tudo está no futuro por projeção do passado no presente. Do mesmo modo que a épica nasce do assunto abordado pelo poeta por obrigação de sua vivência dos acontecimentos, as hipóteses para fazer ressurgir a nação são geradas pelas crises sucessivas e identificadas por séculos de incompreensão e perseguição.

Ora, com isso, as noções de desobediência, aventura e plasticidade passam à disciplina de denúncia, que alça o patamar de padrão incontestável de conduta. O que, por um lado, permite a construção de uma obra que se pretende síntese da cultura em Portugal; por outro, deixa ver a prisão que a cultura impõe a todos. Isso porque ao denunciar a falta da nação e o estado de crise, desobedece-se a sina própria às condições de penúria, aventura-se para além de fronteiras que jamais existiram e adapta-se à disciplina de pensamento que outros provaram. Escreve Fernando Pessoa, ainda sobre Camões: “o povo, que cantou, fizera da ficção certeza, da distância colônia, da imaginação vontade”. Onde decorre a sentença do “provincianismo” por pertencimento secundário na civilização, mesmo porque “não ocupa *Os Lusíadas* um lugar entre as primeiras epopéias do mundo”.²² A despeito disso, os *Ensaio*s e a História de Portugal colhem, na vida e obra de Camões, as diretrizes da disciplina que se descobre no português e na nação, e que a experiência na atualidade, por ardil da razão, só vem provar.

O auto-retrato construído, evidentemente, condiz com a vida dos “excepcionais”. Os conflitos intelectuais, as crises emocionais, o exílio político, a prática profissional e política extra institucional, o isolamento diante dos demais intelectuais, apesar de acompanhar a onda da regeneração cívica e moral, as propostas de reforma educacional pelo envio de portugueses para o exterior, suas viagens pela Europa, África e Ásia, os estudos na França, Suíça e Espanha, o trabalho no Brasil, a

²¹ Fernando Pessoa, “Luís de Camões” in *Crítica. Ensaio*s, artigos e entrevistas, ed. Fernando Cabral Martins. Lisboa: Assírio & Alvim, 1999, p. 216.

²² Fernando Pessoa, “Luís de Camões” in *Crítica...* Lisboa 1999, p. 215; e, *Páginas de doutrina estética*, Lisboa s/d, p. 137.

alienação dos acontecimentos da história mundial contemporânea, a dedicação aos estudos da história nacional, enfim, a proposta de problemática, racionalismo e ensaio. A leitura da geração que lhe segue, tal qual a sua própria sobre a geração anterior, diz respeito ao acolhimento da meta de integração de Portugal à civilização européia a partir da sentença de Antero de Quental: quem pensa hoje na Europa não é Portugal. Mantidas as devidas proporções temporais, contingências da materialidade histórica, os comentadores, Antônio Sérgio e a tradição de intelectuais desde Verney a Quental, mantêm a doutrina da reforma social pela educação do povo por obra de um seletivo grupo que pensa as condições do ambiente nacional como queda, decadência, estiolamento.

Conforme tal dinâmica de integração entre presente e passado, entre as hipóteses construídas do século XVI ao XX, a obra dedicada ao conceito de cultura em Portugal atesta a impossibilidade da crítica e da ironia nas diversas criações integrantes. Ambas estão incapacitadas, a princípio, pela carência de espaços vazios no campo histórico das obras de cultura. A partir da escrita da história nacional como decadência é tecida uma trama de relações entre as obras e a cultura, segundo a denúncia do que falta. Sobretudo, importa notar que nenhuma obra de cultura vem a ser a comunhão entre diferentes, mas sim a consumação da diferença; por conseguinte, a cultura prescinde da totalização enquanto for desconfortável e faltosa. O sentido da cultura é não se ver reconhecida em qualquer obra, pois, do mesmo modo que a ordem das coisas da natureza ou da história não se apresenta por meio da representação científica ou artística do fenômeno, nenhuma forma realizada a partir da “civilização interior” alça a ordem das coisas humanas. Os objetos de cultura, de quaisquer tipos: poema, música, teorema, cinema, escultura, romance, sistema filosófico, ensaio, obtêm a forma concebida mediatamente na interioridade do indivíduo que existe após dois processos de cisão: primeiro, frente à natureza, depois, em si mesmo. Quer no fluxo interno da vida que obriga a sucessão dos fenômenos, quer no fluxo externo da

natureza que ordena a extensão dos corpos, a cultura incide como elemento estranho e interrupto.²³

O estranhamento e a interrupção provocados pela autêntica obra de cultura promove uma “situação crítica” ou de crise. Situação que Antônio Sérgio muito bem destacou, contudo ele não investiu na noção de que tal estado jamais se reifica pela mútua identificação de diversas obras à totalidade de idéias que as precede. Isto é: se a cultura é implicitamente crítica, a continuidade da decadência e a excepcionalidade das denúncias não garantem o advento da crítica, logo, a criação de objetos de cultura. Ainda que crítica e cultura não sejam alienáveis, a denúncia, como conduta moral conforme aos modelos interiorizados, não tem por causa ou por efeito um ato de crítica, se se atrela valor absoluto à disciplina mais adequada ao ideal da revolução. Em nenhum trecho dos escritos pesquisados, lê-se fio de dúvida sobre a excelência da disciplina de denúncia na estruturação da consciência por meio da experiência histórica de decadência. Sendo assim, o problema da cultura vem a ser uma controvérsia, afinal, sem a problematização das condições contingentes, jamais se dá forma a quaisquer novas aspirações que, aliás, só nascem na consciência. O que, no entanto, não basta à criação de cultura.

As sucessivas descrições do modo como procederam os “excepcionais”, em consequência da exigência de maioria da elite por meio da interiorização dos modelos, finda por “encher os cérebros”.²⁴ Não se duvida, apesar da problemática, porque a melancolia não se transforma em nenhum instante de ceticismo. Entende-se que o “espetáculo do estiolamento da mentalidade portuguesa” tem entre-atos que fazem lembrar a promessa do quinhentismo, qual seja, a vanguarda do mundo uma vez mais em Portugal. A esperança na promessa não cumprida, não esvazia de sentido as várias maneiras de se apresentar a história nacional, muito ao contrário, fortalece hipóteses e o ideal da revolução. Por isso não

²³ Sobre crítica e cultura, vide: T. W. Adorno, “Crítica cultural e sociedade” in *Prismas. Crítica Cultural e Sociedade*. São Paulo: Ática, 1998, p. 11.

²⁴ Em “Notas de Esclarecimento”, contraditoriamente, escreve: “O intento primacial de quanto tenho escrito nunca foi o de incutir num tal ou tal ideário, nunca foi o de informar, o de encher os cérebros: tem sido o de pôr em atuação efetiva (libertando, impelindo) a aventureira inteligência dos meus leitores”. In *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1977, p. 194.

se relativiza a importância dos “excepcionais”, nem a intensidade de suas intervenções. O “espírito crítico” está morto em Portugal salvo em alguns poucos casos que lhe trouxeram à luz, de resto tudo são “trevas”. Eis o porto seguro do autor. Todos os escritos vão “lembrar em resumo e superficialmente a história curta do seu nascer, da sua morte, e alguns tentames de o ressuscitar”. Todos os conflitos surgidos, tudo quanto foi ensinado, defendido, palestrado, construído e divulgado expressa sua fé nessa sentença, evidentemente, histórica.²⁵

Como nos faz notar Eduardo Lourenço, “de algum modo, o seu reino foi o do *impossível* que ele soube apresentar como o possível”. Se a ironia, como escreve Fernando Pessoa, acontece quando o segundo sentido do que está escrito não se pode deduzir desse mesmo, mas se sabe que tal sentido deve existir devido à impossibilidade do que então se diz, o advento do que deve ser Portugal cessa qualquer impossibilidade alienada ou não do que está escrito. Antônio Sérgio acredita que “Portugal, por enquanto, é ainda o Reino da Estupidez”, contudo, espera “para breve (e para muito breve) a aurora do dia em que o não será”. Não acontece qualquer relativização, dissimulação, evasão do sentido que se deseja expressar pelos textos. O problema da mentalidade portuguesa como decadência, estiolamento, situação crítica, está provado como verdade pela coerência das idéias expressas nas hipóteses retiradas dos que se dedicaram à causa do ressurgimento nacional ao longo da história. E isso está tanto mais no conceito de cultura que na realidade empírica que, apesar disso, corrobora com aquele mesmo quando aí se descobre a dura face do autoritarismo salazarista, do exílio e da perseguição vivida por sua geração.²⁶

Os *Ensaio*s e a História de Portugal não reconhecem a ironia por dizer um algo e dar a entender o contrário, menos ainda por abertura de sentidos, ou seja, diversas maneiras de subverter o que se apresenta por texto ou ato. O Reino Cadaveroso é uma figuração da nação e do português, assim como a decadência e a queda são uma figuração da

²⁵ Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, pp. 27-28.

²⁶ Eduardo Lourenço, *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do destino português*. 5ª ed. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1992, p. 173; Fernando Pessoa, *Páginas de doutrina estética*, Lisboa s/d, p. 139; e, Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 28.

história nacional contada pelos “excepcionais”. Claro que fazia uso da linguagem figurada para apresentar as concepções que, afinal, lhe permitem escolher escrever ensaios e não poesia, romance ou história. No entanto, as figuras das quais lança mão não pervertem o sentido da revolução da mentalidade para fazer ressurgir a nação segundo as diretrizes traçadas no epitáfio do quinhentismo. O jogo metafórico construído não ultrapassa o exagero da redução ao par nação e português. O sentido ricocheteia em um e em outro, desloca-se para esse ou aquele acontecimento, e nunca se perverte. Por isso, sentimos a tristeza dos lamentosos “Ai de mim” e a ira no desafio “nunca me matarão”, todavia, o riso irônico daquela que assiste à distância o esfacelamento das propostas e das intenções, das políticas e da trama de interesses, nunca se ouve.

A obra não esconde nada, revela-se no momento em que se move em direção à luminosidade que quer irradiar sobre o campo que conta a história da cultura em Portugal. Não por acaso, o autor afirma receber as investidas dos líteras sonâmbulos no campo de batalha que iniciou. Nem poderia ser diferente, a forma de escrita do ensaio é escolhida porque se acredita que tal seja a maneira mais adequada para apresentar o problema da cultura. A autenticidade atribuída à disciplina de denúncia impõe a escolha do ensaio. Primeiro, porque perdura o estado de decadência, segundo, porque a disciplina lança luz e promete soluções. Não se pensa a admiração do português pela civilização européia, nem a estrutura das propostas para alcançar tal civilização, tão somente se instrumentalizam procedimentos cívicos para a realização das reformas reivindicadas no passado.

4.3

Os *Ensaio*s frente ao ideal da revolução

Não por humildade chamei a isto *Ensaio*s. [...] Porque o ensaio, com efeito, é a mais nítida forma da vera *criação* ideológica; do exercício real, efetivo, de uma inteligência viva que indaga [...] promete originalidade, agilidade, finura; o esto juvenil, desportista; o duvidar metódico cartesiano, que está sempre aberto à problemática.

Antônio Sérgio, “Prefácio da 2^a edição”, tomo I dos *Ensaio*s, 1949.¹

O auto-retrato de Antônio Sérgio tem por fim integrá-lo à tradição de denúncia do estado de decadência, cujo traço derradeiro encontra-se na nomeação não humilde dos *Ensaio*s. Apesar da modéstia lhe ter soprado nomes tais como: ‘opúsculo’ – a obra de A. Herculano na qual identifica o primeiro ensaio em Portugal –, ou ainda, ‘miscelânea’, ‘monografias’, ‘estudos’, nenhum deles contém tão “nítida forma” da verdadeira “criação ideológica”. Se o problema “estrito” do autor está justo para a “mentalidade do português leitor” pelo exame das obras por ele eleitas como superiores, quer devido à “profundidade do pensamento”, quer por “vigor da análise”, e se a mentalidade corresponde à formação ou a cultura da elite, então, aspira-se a forma mais adequada à dinâmica das doutrinas em geral aceitas.²

A problemática ou a polêmica da história nacional que então se levanta, em parte para atender às expectativas do “duvidar metódico”, sobretudo seleciona a matéria dos *Ensaio*s e das demais obras escritas. As duas polêmicas historiográficas em que se fia, a excelência da elite que conquista Ceuta e o sebastianismo, expõem as doutrinas da decadência e da salvação que a todos orientam. Da conquista de Ceuta, retira-se o princípio da elite que guia a faina dos Descobrimentos e do sebastianismo, a consciência de que devia ser diferente. Ora, a elite do quinhentismo deixa por legado “uma grande comunidade ideal dos que falam a língua portuguesa”, o sebastianismo, a consciência da crise. Não se pode relegar

¹ Lisboa 1980, p. 46.

² *Prosa doutrinal de autores portugueses*, sel., pref. e notas de Antônio Sérgio, 2^a ed. Lisboa: Portugália, s/d, p. 14; e Antônio Sérgio, “Prefácio da 2^a edição” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, p. 21.

ao acaso que, no ensaio dedicado às censuras de Luís de Camões a d. Sebastião, destaque-se a “severa admoestação”, ou seja, a advertência do poeta ao rei tal qual um “prólogo dos horrores que depois vieram”. E que, no desfecho desse ensaio, evoque-se a incompreensão e a perseguição vividas por Verney, Herculano e Quental, que também agiram por censura e denúncia do ambiente e de algumas condutas.³

O “problema da cultura” ou da mentalidade do português enraíza-se no próprio ambiente de crise ou de penúria, na dinâmica da advertência que provoca a incompreensão e perseguição dos patricios. Daí ser tão importante a criação do campo histórico como um plano em que o sentido dos acontecimentos emana do fato verdadeiramente histórico. Tanto quanto afiançar a disciplina de denúncia pela plasticidade, a desobediência e a aventura descobertas no português desde os tempos de Viriato. Mesmo que se concorde com A. Herculano que os lusitanos não evoluem em portugueses. Percebe-se, em definitivo, que o conceito de cultura em Portugal parte do exame de doutrinas em geral aceitas, a consagrar o exercício da refração do par português e nação em distintas escrituras. Isso, desde os cronistas antigos, até os românticos da última geração. Nesses termos, a alegação dos *Ensaio*s como obra clássica vem a ser a não humilde intenção de alçar as doutrinas aceitas que se revelam sob a luz do sobredito conceito de cultura.

Os comentadores lamentam a rala expressão de Antônio Sérgio nos meios acadêmicos e entre o público leigo, enquanto exaltam sua devoção à emancipação dos portugueses. A condição em que se encontra a obra do autor, a princípio, pode nos levar a crer que parte de seus objetivos se frustraram. O que de modo algum confirma-se, se nos dermos conta de que a obra foi projetada para chamar a atenção da elite intelectual, como convém a um “homem de pensamento, um intelectual e um contemplativo”.⁴ Além disso, algo que mencionamos por várias vezes, o alcance restrito da obra condiz com a noção de que só alguns estão aptos à

³ Antônio Sérgio, “A conquista de Ceuta (ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara)” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, p. 271; e, “Camões panfletário (Camões e d. Sebastião)” in *Ensaio*s, tomo IV, Lisboa 1981, pp. 104 e 110.

⁴ “Cartas da Juventude – à Luísa Estefânia”, *Revista de História...Antônio Sérgio*, II vol. Coimbra 1983, p. 807, carta 21 (datada 29 de maio de 1909).

busca da ‘maioridade’. O ato de revelação da verdade, a iluminação interior do intelectual, requer a beleza do educando, logo, não fora concebida para todos, tão somente para os que participam da faina da revolução cultural. Enfim, os que compartilhem o desejo de dar continuidade a certa tradição. De início, aí se encontra a manifestação explícita da disciplina crítica, na medida em que dá vida ao que merece vida. Mas a exigência pragmática que se atribui a mesma lhe impede o pleno exercício da tarefa que deveria findar pela abertura de horizontes.

A coincidência entre os objetivos do autor e as necessidades contingentes dos comentadores reitera as idéias ou as hipóteses formadas ao longo da história nacional. Como fizemos notar, a cultura não é alienável da crítica. Todavia o crítico que avaliza os bens de cultura não se comporta como criador. A criação implica o estranhamento e o desconforto causado por algo diverso, novo, diferente; que, no entanto, não pode ser incorporado pela mesma dinâmica de cultura. A incorporação da diferença por avaliação de sua contribuição na mudança esteriliza o bem na exigência utilitária do mercado. Algo pouco distinto do juízo de que a “coerência [de idéias] são coisas necessárias para o bom proceder”.⁵ Nesse caso, o valor da criação não vem do que se estranha de fato, e sim da denúncia por parte do crítico do que falta à obra para que alcance algum nível previamente estabelecido. O apostolado cívico só incorpora a história nacional da cultura para descobrir o que falta às diversas obras e, por conseguinte, à formação do português.

Em ambos os casos, na obra dedicada à síntese da cultura em Portugal e em seus comentadores, o ideal da revolução serve ao “bom proceder”, que “significa um esforço continuado para um ideal inatingível”. Lembremo-nos, sobretudo, que o ideal corresponde à totalidade que precede e relaciona qualquer conjunto de idéias, ou seja, qualquer hipótese apresentada. Sendo assim, segundo a análise da morte do “espírito crítico” em quatrocentos anos de história, se instrumentaliza um aparato técnico que, tal qual um andaime, orienta a todos nas discussões nacionais, pois, “no nível da inteligência[,] todos obtemos os

⁵ Antônio Sérgio, “Prefácio da 1ª edição” in Ensaio, tomo II, Lisboa 1977, p. 19.

mesmos partos”. Porquanto se deseje esclarecer o “fluido de mitos em que se dissolveu o espírito público” sem, porém, dissuadir a adesão em qualquer partido. Nenhum deles questiona que a ambição de esclarecimento dos mitos finda por ser proselitismo, se o caminho está preestabelecido pelos modelos de conduta e as condições do ambiente descobertas pelo conceito de cultura.⁶

O dualismo entre luz e trevas, “doutrinas que se inspiram da interioridade e do espírito” e “doutrinas que se voltam para a aparência física”, críticos e dogmáticos, clássicos e românticos, português e nação, jamais incitam o atrito ou o confronto do indivíduo com os bens de cultura. Inicialmente, porque tudo está ordenado conforme tal divisão binária, segundo, porque a “civilização interior” contém o que se busca no mundo exterior. O desvelamento do ambiente de cultura ou da nação em situação de penúria extensa e intensa, exige a superação por instinto, pelo saciamento das necessidades materiais e, por consciência, pela aspiração da civilização vivida por outros e não por portugueses. O mundo exterior é submetido ao “dever ser” construído na consciência pela experiência histórica da decadência da nação. Por conseguinte, regula-se pelo ideal que orienta a todos “nos problemas de que depende o ressurgimento da nossa grei”. Assim sendo, os mitos da nação revelam-se menos por novidade heurística do que por esclarecimento do ideal que precede à totalidade das idéias formadas para explicar a história nacional. A elite intelectual que interioriza o modelo dos “excepcionais” é, por direito, o único alvo de cultura dos *Ensaio*s e da História de Portugal. Daí Antônio Sérgio escrever: “intento uma obra interior e mental [formal]”. Tal obra interior, semente lançada à “civilização interior” dos portugueses leitores, não vai ao encontro do abstrato ou a especulação da vida em Portugal, mas do concreto ou o conceito de formação do português.⁷

⁶ Antônio Sérgio, “Educação e filosofia ...” e “Prefácio da 1ª edição” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, respectivamente, pp. 135 a 142 e 56; e, “Prefácio da 2ª edição” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 07.

Nesse prefácio do tomo II, lemos: “a História é um andaime com que se constrói um edifício: a cúpula de um Portugal melhorado”.

⁷ Antônio Sérgio, “Os dois Anteros...”, in *Ensaio*s, tomo IV, Lisboa 1981, pp. 153-154; “Prefácio da 1ª edição” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, p. 53; e, “Repercussões duma hipótese: Ceuta, ...” in *Ensaio*s, tomo IV, Lisboa 1981, p. 218.

O conceito de formação do português ou da cultura em Portugal “é a construção progressiva do Universo concreto, a partir das simples qualidades sensíveis, graças à acumulação de relações inventadas, de fecundas hipóteses [...]”. Ou seja: a adaptação entre o ideal de revolução e a realidade vivida evidencia-se no estiolamento da inteligência ou a decadência, por meio da “coerência íntima” entre as idéias na determinação da verdade. Embora a vida dos “excepcionais”, como modelo, importe pouco em termos de realidade, qualquer apresentação da mesma obriga a descobrir o ideal de revolução. Nenhum atributo agregado às relações até então acumuladas, i.e., as “fecundas hipóteses” recolhidas tal qual acervo, pode alterar a essência histórica da nação consubstanciada nos “heróis nacionais”. Isso significa que o naufrágio da “alma da nação” que corresponde ao “mal português”, torna-se verdadeiro, justo na forma que adquire em diversos textos.⁸

Nas obras clássicas, escritas pelos “excepcionais” e alguns poucos que neles se espelharam, encontra-se a estrutura de “uma realidade superior e eterna”. Apenas o “clássico” é “culto”. Por conseguinte, só os textos que se dispõem a imitar a conduta ou a disciplina dos “excepcionais” contribuem para a edificação da nação. Nesses termos, se Antônio Sérgio deseja escrever obra clássica, a síntese da cultura em Portugal, posta a partir da problemática, jamais rivaliza com o modelo. Não se busca nada além do que está na cultura porque tudo se revela, nas palavras de Antero de Quental, no “fato evidente e incontestável que nessa história aparece aos olhos do historiador filósofo”: a decadência. A força desse fato está em diversos textos, se a forma que adquire em cada obra a faz algo tanto mais verdadeiro.⁹

Decorre daí esta constatação:

⁸ Antônio Sérgio, “Antero de Quental contra Oliveira Martins. No respeitante às fases da filosofia européia e à evolução intelectual na Grécia antiga.” in *Ensaios*, tomo VI, Lisboa 1980, p. 51; “Notas de literatura portuguesa. Alexandre Herculano ...” in *Ensaios*, tomo III, Lisboa 1980, p. 119; e, *Breve Interpretação...* Lisboa 1981, p. 89.

⁹ Antônio Sérgio, “O clássico na educação e o problema do latim” in *Ensaios*, tomo II, Lisboa 1977, pp. 131-132.
Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares...* Lisboa 2001, pp.17-18.

Os argumentos de um Herculano, ou de um Verney, convencem a pequeníssima minoria lusa dos homens inteligentes e sabedores, – isto é, dos que não precisam de ser convencidos; e as trapaças soezes dos seus inimigos reforçam a reação da gente ignara, que vence por fim, mantendo a incultura tradicional.¹⁰

A escolha por escrever ensaios corresponde ao empenho por construir a forma mais apta à expressão da cultura em Portugal. A princípio, devemos considerar que o ensaio sempre parte do já formado, sem pretensão de revelar algo por detrás do que se apresenta. Sendo assim, o acervo de hipóteses recolhido pelos *Ensaio*s só tem por obrigação apresentar as doutrinas aceitas e reconhecidas como clássicos por participarem na “civilização interior” dos leitores. É vetado pensar para além do que assim se apresenta, pois aqueles a quem os argumentos convenceram nem precisavam ser abordados – visto possuírem consciência da situação. Ocorre, no entanto, que “o próprio” da obra, nas palavras do autor, vem a ser a “interpretação da história” nacional.¹¹ Ou seja, por um lado, a obra de síntese da cultura em Portugal obriga-se à exposição das doutrinas aceitas, por outra, dedica-se à interpretação do que se descobre no conjunto de obras que trazem à luz tais doutrinas.

A obra de síntese obriga-se a examinar e provar a experiência de perseguição e incompreensão vivida pelos “excepcionais”. Testa as hipóteses recolhidas segundo a tradição para verificar suas propriedades e componentes. Ainda que não nos ofereça, prontamente, qualquer resultado definitivo, afinal promove somente a “conveniente solução”; são simuladas condições nas quais há de se reproduzir a mesma produção de idéias por experiências formadas outrora. Em conformidade com isso, encontra-se o auto-retrato do autor, a experienciar a vitória contínua da “incultura tradicional” na atualidade. Daí afirmar, com orgulho: “a independência da minha crítica valeu-me o isolamento na sociedade”. E assim, as condições da cultura são testadas e provadas em cada ensaio; não

¹⁰ Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 54.

¹¹ Antônio Sérgio, *Breve Interpretação...* Lisboa 1981, p. 1.

por acaso, o mais brilhante é precisamente aquele que a nomeia – “O Reino Cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal”.¹²

Mesmo que reconheça na tendência para *gourmet*, que sai a saborear idéias, um prejuízo à produção, o autor jamais renega a particular experiência que vive e a usa para reiterar a consciência da decadência. Acredita, sobretudo, que a inquietação vivida comprova o quanto está apto à faina da revolução cultural. Algo que nos lembra bastante o martírio dos santos como refração do martírio de Jesus! Tal qual os demais intelectuais herdeiros dos Descobrimentos, Antônio Sérgio nem precisa ser convencido, sabe, na medida em que vive as conqüências da decadência. Quando traz ao conhecimento de seus leitores as hostilidades, o isolamento e a inquietação de seus dias, por uma vez mais, revive a experiência da inteligência no Reino da Estupidez. Se a vida de cada intelectual é única, particulariza-se a experiência da decadência em alguma forma bastante peculiar, por meio da qual a própria essência torna-se histórica. O que vem a ser possível porque o ensaio não visa à captura do eterno, mas sim perenizar o transitório.¹³

A vida do intelectual Antônio Sérgio fixa a temporalidade ou o conteúdo histórico da consciência na atualidade. Caso contrário, tratar-se-ia com um sistema pelo qual se induz ou deduz a verdade do problema. Por mais retórica que seja a dúvida metódica, por maiores que sejam as evidências inscritas nas interpretações, algo vetado ao ensaio como ato de reflexão e crítica, não se pode negar que se descobre na sedimentação histórica um momento da verdade – o “mal português”. Pode-se especular ainda que a sedimentação histórica das experiências de cultura reitera-se na negação do autor a se integrar na contingência européia. O esclarecimento dessas experiências, à revelia dos fatos vividos para além do pátio de discussões da nação, mantém o traço de isolamento e atraso do

¹² Antônio Sérgio, “Sobre o socialismo de Oliveira Martins...” in *Ensaio*, tomo VIII, Lisboa 1974, p. 225; e, “Prefácio da 1ª edição” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, p. 84.

¹³ Sobre ensaio, vide: T. W. Adorno, “O ensaio como forma” in *Sociologia*, org. Gabriel Cohn. 2ª ed. São Paulo: Ática, s/d, p. 175.

ambiente detectado e anunciado desde o século XVII.¹⁴ Tanto que lemos em “O Reino Cadaveroso...”

Seja lá como for, o certo é que no fim desse mesmo século um português ilustre que se cultivou lá fora – Duarte Ribeiro de Macedo – concorda com a marca de vitupério que nos punham a ferro os estrangeiros. ‘Índios da Europa’ nos chamavam eles. Índios americanos, já se deixa ver: paraguaios, botocudos, tupinambás... E espanta-se o conde de Schomberg (o comandante das nossas tropas nas campanhas da Restauração) da enormidade de ignorância que veio encontrar em Portugal...¹⁵

Ninguém ousaria afirmar que os *Ensaio*s e a História de Portugal levam a cabo o caráter desafiador tão admirado em Garcia Orta e Duarte Pacheco. Ainda que, a partir dessa constatação, empreenda-se a empresa do esclarecimento, do empenho na introdução da “análise clarificadora” e da “investigação problemática”, não chega a desafiar plenamente a expectativa de clareza e distinção de idéias. Procede, então, um desafio cordato e limitado, não só porque o autor exalta o *Discurso do Método* como gênese da ciência moderna, que afinal vem a ser o signo da inteligência contra a ignorância, mas sobretudo porque ele crê estar desencantando a história nacional da “tirania dos fantasmas”.¹⁶

Se “um fato define-se pela sua função no fluxo de vida em que [ele] atuou” e na relação que mantém com o fato posterior, salvam-se, no conceito, fragmentos de eventos retirados tardiamente do fluxo da história.¹⁷ Nesse ponto específico, o ensaio constrói objetos resistentes à análise dos elementos constituintes. O que contraria a regra de análise ou decomposição do objeto em elementos, exposta por Descartes.¹⁸ Aí bem se podem enquadrar os ensaios dedicados aos “excepcionais”, pois, para além dos atributos salvos pelo conceito de cultura, nada se oferece à análise. Não está, de modo algum, facilitado o estudo das obras de Vieira, Verney, Herculano, Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós, pelo simples motivo de que os elementos formais de suas obras são submetidos

¹⁴ Antônio Sérgio, “Nótulas preambulares” in *Antologia dos Economistas Portugueses (século XVII)*. Lisboa: Sá da Costa, 1974, pp. 03 a 25.

¹⁵ Antônio Sérgio, *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 42.

¹⁶ Antônio Sérgio, “Espectros” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, p. 172.

¹⁷ Antônio Sérgio, “Espectros” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, p. 172.

¹⁸ T. W. Adorno, “O ensaio como forma” in *Sociologia*. São Paulo s/d, p. 177.

à coerência interna da hipótese apresentada: cultivados no estrangeiro espantam-se com a “enormidade de ignorância” encontrada na nação. Ocorre assim, algo muito semelhante a uma contaminação pelo pensamento, onde o ensaísta impregna as obras de atributos e exigências recolhidos do que lhes sucedeu quer por consequência direta, tais como leituras e estudos da obra, quer por análise da matéria, tais como as leituras e estudos do próprio autor na produção da obra.

Mas a breve rebeldia dos *Ensaíos* e da História de Portugal com as regras do método de Descartes cessam aí. Embora se faça referência, inúmeras vezes, à seguinte citação de Goethe: ‘se queres caminhar para o infinito, avança no finito em todas as direções’, não se introduzem vários sentidos a partir da formalização conceitual do objeto. Isso ocorre porque não se vai ao encontro do abstrato; o tecido do texto está obrigado à “coerência íntima das idéias” e não ao esvaziamento das relações anteriormente estabelecidas. O melhor exemplo disso é o ensaio dedicado à conquista de Ceuta. Nele, como já mencionamos, apresenta-se por silogismo a evidência dos termos em que se conduziu a primeira grande empresa dos Descobrimentos. A leitura que efetua sobre o cronista e o historiador visa a descobrir o modo pelo qual se consolida a doutrina da gesta bélica na explicação da conquista. Para tanto, seleciona e compara os elementos constituintes do fato em cada um dos textos. Logo após enumerar e revisar os elementos, direciona questões que se fecham na hipótese de que os Descobrimentos foram obra de uma elite de “príncipes, pilotos, capitães e mercadores”, sediada em Lisboa. Enumeração e revisão reiteradas no segundo ensaio dedicado ao mesmo tema. Ora, na abordagem dos textos em que se descobre a doutrina da gesta, não se destróem definições sem colocar quaisquer outras no lugar, muito ao contrário, desde o início, o autor está convencido de que a hipótese da condição de elite dos descobridores evidencia-se na própria doutrina. Do mesmo modo que se prova o veio cosmopolita necessário ao refinamento do português, posteriormente descoberto entre os que vão ao estrangeiro e, assim, tomam siso das condições nacionais. A sucessão de perguntas lançadas sobre os

textos compõe um novo arranjo interpretativo e não o esvaziamento das discussões correntes.¹⁹

O que também se nota no ensaio dedicado ao sebastianismo, onde se identifica a doutrina da decadência ou da queda como fator intelectual ou formal do português. Ainda que não proceda por uma completa e exaustiva apresentação do tema, faz a recepção da doutrina a partir da interpretação romântica. Consoante isso, é possível especular que a resistência à “interpretação romântica” de temas da história, Ceuta e sebastianismo, não corresponde a qualquer ruptura com as doutrinas em geral aceitas, mas sim à tentativa de esclarecer ou iluminar os espectros nelas ancorados. Repete-se o ato de leitura e identificação das doutrinas em diversos autores, a que chama “análise regressiva e ascendente”, sempre de acordo com o modelo de denúncia retirado do “excepcionais”, contudo sem romper ou relativizar o problema da mentalidade, isto é, o fator intelectual ou formal do português.²⁰ O racionalismo que empreende vem a ser de método justo porque a análise, a enumeração e a revisão dos elementos constituintes das doutrinas nunca implicam revisão das hipóteses criadas segundo o ideal de revolução. Pensar a cultura em Portugal não abre caminho, na obra de Antônio Sérgio, para qualquer revisão da totalidade de idéias que precede à produção da mesma, qual seja, divulgar e fazer cumprir a reforma da mentalidade do português.

No exercício da experiência histórica da decadência, a única forma autêntica para expressar as doutrinas é o ensaio. Ocorre, porém, que esse exercício não trai as condições que levaram até tal escolha. Trata-se da contínua recorrência ao modelo de conduta dos “excepcionais” e às explicações e soluções por eles construídas. Mesmo o conceito de cultura em Portugal não se caracteriza por uma criação intelectual autônoma. A revolução da mentalidade é tida como “a incógnita” ou o “princípio geral” segundo o qual se investigam fatos ou idéias.²¹ Como não se esvaziam os vários argumentos que alicerçam as hipóteses explicativas sustentadas

¹⁹ Antônio Sérgio, “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1977, p. 197; e, “A conquista de Ceuta ...” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, p. 270.

²⁰ Antônio Sérgio, “Repercussões duma hipótese: Ceuta, ...” in *Ensaio*, tomo IV, Lisboa 1981, p. 205.

²¹ Antônio Sérgio, “Repercussões duma hipótese: Ceuta, ...” in *Ensaio*, tomo IV, Lisboa 1981, p. 206.

pelas doutrinas aceitas, não se disponibiliza qualquer identidade das idéias a quem dos atributos às mesmas relacionados. Por isso se torna tão comum a adjetivação dos bens ou obras de cultura: isso é vanguarda, aquilo é atraso! A experiência de cultura é reduzida, desde o início, à incógnita da revolução ou reforma, e faz com que toda vivência estranha ou inapta permaneça fora das discussões travadas no pátio da nação.

A maior limitação aos *Ensaio*s e a História de Portugal encontra-se na proposta pedagógica. O ideal de revolução dita o fim a que toda autêntica obra de cultura deve chegar. Mas entre o início e o fim de qualquer viagem, como o próprio autor nos lembra, existem infinitos desvios e paradas. No caso específico da síntese de cultura, o caminho ou método está nos modelos a que se deve imitar, mais precisamente, no diagnóstico e nas soluções que apresentam. Note bem: a obra não se dedica à construção do conceito que, simultaneamente, salve fragmentos de acontecimentos e faça brilhar a totalidade da verdade menos bela em si que para aquele que a ama. Lembramo-nos aqui, por um instante, de *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, em que, a partir da investigação do modo como os portugueses colonizaram a América e por uso de tipos conceituais (o trabalhador e o aventureiro, o sementeiro e o ladrilhador), se apresenta a hipótese do desconforto da civilização nos trópicos. Tal qual Antônio Sérgio, ele lança mão dos vários discursos construídos ao longo de quatrocentos anos de história nacional, mesmo quando ainda se cuida de uma extensão de outra nação. Todavia, *Raízes do Brasil* não dá qualquer solução para os inúmeros problemas que levanta. O desconforto de nossa civilização não será amenizado por qualquer procedimento anteriormente experimentado. Somos no trabalho ou na preguiça apenas isso que acreditamos ser desde a mais tenra origem, que, aliás, justo o que não nos oferece são raízes.²² Mas que ironia!

Não pretendemos tirar a importância de um das falhas do outro, e sim resistir à tentação de escarafunchar o que falta a Antônio Sérgio para ser ou não ser reconhecido como ensaísta. A partir da pergunta do necrológio menos buscar qualquer resposta do que refletir, primeiro, a

²² Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 26^a ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

recepção de sua obra entre os estudiosos da história e da cultura portuguesas, segundo, a perspectiva que o autor tem sobre o objeto ao qual afirma se dedicar. Ainda que Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre abordem a postura aventureira, plástica, maleável, pouco devotado ao trabalho criador de riquezas por esforço contínuo e metódico, em nenhum dos casos ocorre o elogio a experiências excepcionais que tenham suspenso tal dinâmica. Em todo caso, a origem e o fim vêm a reboque do grande ambiente em que se desenvolvem as práticas que nos caracterizam ao longo de muitos séculos. Ocorre que no caso dos brasileiros não existem modelos a imitar, logo, nenhuma experiência a reiterar; isso lhes permite tomar alguma distância do próprio ambiente.

Assim sendo, existe desobediência nos *Ensaio*s, mas não traição. E, na medida em que os próprios comentadores reconhecem que nem os superaram, nem puderam manter o brilho de sua empreitada, tal qual leitores fiéis, dão continuidade à dinâmica do bom discípulo. Embora todo ensaio exija que a ilusão da identidade entre conhecimento e mundo esfarele-se diante do pensamento, reflexão e crítica dos procedimentos para se perseguir a verdade, a obra que aqui lemos ainda acredita na proximidade entre saber e objeto. Daí a adoção de mecanismo de análise e de síntese que expressem os ganhos descobertos no conjunto ou no acervo de hipóteses tido por clássicos da formação daqueles que pensam o ambiente de criação. Ocorre que em momento algum o acervo vem a ser a expressão da autonomia dos bens de cultura à semelhança do que acontece com a natureza. Do mesmo modo que o mundo da natureza corre alheio às necessidades e anseios dos homens, os bens de cultura consolidam um mundo de convenções independente de quaisquer criadores. Ninguém tem identidade garantida na cultura, toda obra torna-se autônoma por maiores e melhores que sejam as intenções nela formalizadas.

Quando o autor toma para e em si mesmo certa conduta que encara como idêntica àquela tida por padrão, aliena-se na ilusão de que, na “incógnita” ou no “princípio”, repousa a verdade do objeto. Mas o estilo ensaístico só se dedica aos textos, em explícito exercício de uma teoria e de uma experiência, porque se mantém atento ao pega-pega amoroso da verdade. No caso aqui abordado, desvela-se, sem dúvida alguma, forma

ainda desconhecida, mas não faz brilhar a totalidade das ideologias. Destacar a disciplina de denúncia concernente à doutrina da decadência na formação do português, por oposição ao saudosismo, traz à luz hipóteses que esteiam a interpretação da história nacional. No entanto, não se guarda um instante de reflexão diante dessa descoberta. Logo se compõe o quadro dos pares de oposição que identificam a disciplina ao fim da revolução, pois, o problema do português vem a ser, desde o quinhentismo, a mentalidade ou a formação que não ultrapassa a saciedade das necessidades materiais. O que se evidencia nas necessidades da atualidade em crise. Por conseguinte, cabe aos iluminados por tal conhecimento o dever de ensinar os procedimentos segundo os quais se fará as mudanças que, afinal, salvarão a todos da ignorância e da estupidez.

Trata-se da utopia de salvaguarda da inteligência e eliminação da estupidez, segundo a proposta pedagógica de colonizar a nação com “escolas de ensaio”. Ora, quando se constata que o ensaio de Antônio Sérgio foge à obrigação de fazer brilhar a totalidade das ideologias, depara-se justo com seu empenho em subordinar toda formação ou a “civilização interior” à experiência da decadência. E aí cabe perguntar em que isso é diferente da saudade ou do sentimentalismo como essência de um povo ou de sua elite? Na medida em que nem os saudosistas, nem os racionalistas construíram obras que desatualizaram a doutrina da decadência, ambos participam de um mesmo empenho tanto mais cívico, moral e pedagógico, que crítico ou reflexivo. Em todo caso, não percebem que somente caçam a essência histórica para o português e, a partir disso, a solução tão adiada para o estado de estagnação e isolamento. Tudo porque acreditam que a nação ainda seja bem menos que qualquer façanha histórica.

Enfim, nesse cenário, Fernando Pessoa ousa escrever história sem sombra pedagógica nem deleite:

Quem te sagrou criou-te português.
Do mar e nós em ti nos deu sinal.
Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal!²³

²³ Pessoa, Fernando. *Mensagem*. São Paulo: Editora Martin Claret, 1998, p. 39.

O fundo profético vislumbrado na promessa que não se cumpriu não contamina a conduta do pensador, mas sim do poeta. Toda revolução vive nas franjas da profecia: o Quinto Império, o Messias, a salvação, a paz, a liberdade, a igualdade. Nada disso foi alguma vez experimentado, e justo por isso nutre a esperança na vida à revelia de qualquer transcendência ou imanência de sentido. Nenhum deles contamina o sinal do futuro aberto à criação ou ao novo, tido como bem inalienável da humanidade. Só se encontra fechamento na ambição ou na aspiração de que a comunidade ideal dos que falam e escrevem em língua portuguesa esteja pronta para ser colonizada, uma vez mais, por antigos professores. O mar se cumpriu, mais partes houvesse a descobrir lá o português teria ido, o Império se desfez, na experiência das terras distantes o europeu percebeu quão opressora eram as autoridades eclesiástica na tutela do saber, falta cumprir-se a nação como lugar inóspito, estranho, estrangeiro, desconfortável a todos. Se Brasil, Angola, Moçambique, Timor Leste não são nem mais, nem menos nação que Portugal, por que seria mais nacional o português? Não existe destino algum para qualquer nação porque infinitos são os sentidos dos eventos salvos em conceitos; e a verdade só é bela para Eros e por um breve instante. Acreditar-se boiando à revelia do mundo, no meio do oceano, impossibilita a lembrança de que o finito pertenceu aos antigos, a modernidade serve-se do infinito, do complexo, do que não se reduz a uma única maneira de proceder, do diverso das crenças, das cores e das formas. Embora use e abuse das técnicas para criar que não se podem submeter à tirania da seleção natural dos saberes técnicos. Na época da adaptação e do aprimoramento, o exercício reiterativo de experiências, selecionadas por evidenciarem um sentido, obriga-nos a parar em vários momentos e exigir menos aptidão e mais talento.

Enfim, Antônio Sérgio conta a história da nação por exigência da reforma da mentalidade ou da revolução cultural. Interessa-se pela “evolução da elite” e dos problemas nacionais, na narrativa da história, para expor a ação dos homens ao longo do processo de construção da nação. Uma vez que aceita de bom grado a sentença de Oliveira Martins e A. Herculano: Portugal existe por vontade dos grandes chefes, à revelia de fronteiras naturais ou origens raciais. Se o fato histórico é um “conglomerado de idéias” e o historiador se dedica aos problemas atuais, a historiografia deve ser instrumento para promover idéias que correspondam à “conveniente solução”. Todavia, como as idéias concatenadas antecedem o pensamento, a solução antecede o problema. Com isso, o protocolo de verdade da narrativa histórica vem a ser a solução convenientemente oferecida. Nesses termos, a crítica não constitui um momento historiográfico e sim moral: um meio de subordinação da ação de cada um à totalidade de idéias preexistente. O que faz a equalização entre as ações do passado e as do presente em vista do futuro. A crítica surge, assim, como a disciplina mais adequada à ação modelo dos criadores de cultura, na medida em que todos propuseram alguma solução para os problemas nacionais diagnosticados.

Em “O Reino Cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal” evidencia-se o método narrativo do autor: a ausência da concepção de desenvolvimento, o enredo contemplativo dos momentos de criação, e a relação de dependência entre a criação e a consciência dos intelectuais, construída na experiência da decadência. Tal método serve para descobrir o princípio de racionalidade imposto à História, se se acredita na consciência como saber feito de experiências. A ausência da concepção de desenvolvimento abre o campo de ações e idéias independentes entre si, porém coeso e ajustado ao ideário da revolução. Mesmo porque, as hipóteses mais manifestam tal ideário que qualquer novo significado para os acontecimentos. As continuidades, reveladas na investigação histórica das doutrinas em geral aceitas, têm por fim evidenciar a estrutura da decadência. Não por acaso, na primeira época da história nacional faz-se o prognóstico dos “maus efeitos” que ainda se sentem no país – a penúria do ambiente e a má direção na produção de riquezas. Sendo assim, a escrita

da história por Antônio Sérgio, ainda que objetive as “idéias que se relacionam com necessidades econômicas” lá na origem das façanhas, tem por certa e necessária a intervenção da consciência construída mediante experiência, pois somente a compreensão do historiador organiza as idéias. Se a revolução não provém das necessidades econômicas, mas dos “anseios de consciência”, necessita da forma composta pelo historiador para apresentar idéias, ideários e doutrinas.

Nesses termos, denomina-se revolução a fase em que interesses distintos insinuam que algo novo está por vir. O “espírito revolucionário”, apresentado como principal característica do ambiente das navegações, é imaginado e ansiado pela experiência histórica que consolida a consciência nacional. As épocas posteriores vão tão somente imitar os modelos nascidos sob o signo desse espírito. Até porque, o “mal português” da incompreensão e da perseguição da inteligência impede o advento de outro momento que se possa denominar de revolucionário. Quer no prognóstico das primeiras épocas, quer na realização extraordinária do “espírito revolucionário” das navegações, o ambiente nunca favorece a cultura, logo, a formação do português se fertiliza exclusivamente no ideal de revolução. O que impossibilita, ainda, a dialética entre os diversos pares de elementos descritos ou descobertos nos *Ensaio*s e na História de Portugal – inteligência e estupidez, fixação e transporte, luminoso e noturno, classicismo e romantismo – todos se limitam a participar da apresentação da luminosidade do quinhentismo e das vagas oportunidades que o imitaram, conforme convém ao advento futuro da revolução.

A cultura como “civilização interior” do português corresponde à consciência construída por meio da experiência histórica do quinhentismo e da decadência. Força-se a adequação entre a forma de mentalidade que julga o passado, e a experiência e o modo de proceder no presente. Na qualidade de pedagogo parteiro de idéias, o autor cultiva o “pensar correto” para trazer à luz a inteligência ou o pensamento da elite intelectual portuguesa. Contudo, lembre-se sempre, o caso típico do intelectual português vêm a ser os “excepcionais”. Ocorre que a passagem da evolução à revolução, do instinto à consciência, depende do efeito ético

dos modelos descobertos em quinhentos anos de história. A formação do português harmoniza na “civilização interior” de cada indivíduo os elementos vindos da imitação dos modelos, conforme o “nível de cultura” cristalizado no ambiente de crise. O plano de reforma da mentalidade diz respeito, primeiro, à percepção do estado crítico gerada na intuição do ambiente, segundo, à noção de que os “excepcionais” realizam o “humanismo moral” português em duas etapas de superação: a saciedade material e os altos fins da consciência. Enquanto a saciedade material prolonga-se por diversos indivíduos, a satisfação dos “anseios de consciência” só acontece entre os que se tornaram a coisa pensada de tanto pensar. Com isso a autoridade internalizada pela imitação dos heróis vem a fortalecer o estado crítico. Daí notarmos que o auto-retrato o integra à tradição de denúncia do estado de decadência desde as inquietações pela escolha da carreira, ao longo da produção da obra, até os últimos anos de apostolado cívico que findam no exílio doméstico. Como também, que a coincidência entre os objetivos do autor e as necessidades contingentes dos comentadores reiteram idéias ou hipóteses enraizadas na apreensão da história nacional como decadência.

Se a relação entre o português e a nação acontece segundo o ideal de revolução, encontramos-nos diante do processo cognitivo de abstração, que, nesse caso, não procede por generalização e sim por redução. O tipo português foi descoberto no campo em que se estabilizaram os elementos constituintes da nação. Como a totalidade das idéias, antecipa-se no ideal de revolução que ordena todo o campo, o concreto da abstração não é a realidade sensível mas sim o conceito de cultura em Portugal. O abstrato, por conseguinte, corresponde à realidade sensível, no objeto real organizado pelas idéias. O instante vazio entre o diverso da multiplicidade e sua síntese na intuição é preenchido no problema do abstrato submetido ao ideal de revolução, que, associado à promessa não cumprida, apreende toda obra publicada como fator de orientação social. O intelectual devotado à revolução cultural, inspirado no “espírito revolucionário” das navegações, há de viver o que pensa.

A obra dedicada ao conceito de cultura atesta, enfim, a impossibilidade da crítica e da ironia nas diversas criações integrantes. Em

parte, porque a história, como decadência, tece uma trama de relações entre as obras e a cultura segundo a denúncia do que falta. Por outra, porque o sentido da cultura é não se ver reconhecida em qualquer obra. Se a cultura é implicitamente crítica, a continuidade do estado de crise não garante a criação de objetos de cultura. Soma-se aí que a descrição do modo de proceder dos “excepcionais” para a emancipação da elite finda por “encher os cérebros”, o que impede qualquer desdobramento de sentido a partir do conceito de cultura consolidado na obra escrita.

Os *Ensaio*s e a História de Portugal, mediante a ambição de virem a ser obras clássicas da cultura, dedicam-se às doutrinas em geral aceitas. Todavia, o ajuizamento das obras depende da consciência histórica, pois a crítica não institui o valor da criação pelo diverso, o novo, o estranho, e sim pelo que falta à obra e a seu autor para que atenda aos padrões de conduta e pensar previamente estabelecidos. Os indivíduos não são confrontados com os bens de cultura justo porque a “civilização interior” contém o que se busca no mundo – qual seja: o “ressurgimento da nossa grei”. Sendo assim, a escolha pela carreira intelectual e por escrever ensaios diz respeito ao que o autor considera a mais adequada expressão do português e sua cultura: o ambiente de crise e a dinâmica da advertência que provoca a incompreensão e perseguição dos patricios. O ensaio, mesmo com a dificuldade que existe em o definir, sempre parte do que está formado ou constituído sem revelar qualquer segredo. O paradoxo entre o conceito de cultura e as escolhas do autor segundo o critério da adaptação dá-se na sedimentação histórica, pois em fatos, personagens e acontecimentos pretende-se ter descoberto radiante momento de verdade: o naufrágio da inteligência em Portugal após o quinhentismo e a necessidade de denunciá-lo. Ocorre que o excesso de luz cega! Ou se aceita o pega-pega amoroso entre saber e verdade, em que essa última brilha e foge do que a ama, ou se cria algo que promova alguma sombra. A revolução da mentalidade expressa-se à semelhança da “incógnita” ou do “princípio geral” imposto à formulação das hipóteses, a fazer, de certo modo, sombra propícia aos trabalhos. Daí a ousadia de afirmarmos a desobediência sem traição. A “incógnita” da revolução mantém todos os atos de criação na cultura sob a exigência do que deve ser mediante a

experiência do que foi e do que é, porque a promessa da inteligência nunca se vê cumprida no reino da estupidez! Afinal, nenhum sentido se perverte, porquanto os “cérebros” dos leitores se enchem, doravante, do sentido histórico da revolução.